

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**
Área Temática: Reforma Agrária
Período de Análise: fevereiro de 2010.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto É Dinheiro Rural

Índice

Poder público anda de mãos dadas com os prejuízos gerados pelo agronegócio - Sítio Eletrônico do MST - 01/02/2010.....	4
Sem-terra isolam sítio invadido há 6 meses - José Maria Tomazela - Estado de São Paulo - Nacional - 05/02/2010.....	9
Preços das terras devem seguir em alta em 2010 - Fernando Lopes - Valor Econômico - Agronegócios - 05/02/2010	10
Preços das terras devem seguir em alta em 2010 - Fernando Lopes - Valor Econômico - Agronegócio - 05/02/2010.....	12
Justiça endurece e manda mais sem-terra para prisão - Roldão Arruda - Estado de São Paulo - Nacional - 07/02/2010.....	14
CNA cria instituição para monitorar conflitos rurais - Sítio Eletrônico da CNA - 08/02/2010	15
A polêmica sobre a atualização dos índices de produtividade da agropecuária - Leonilde Medeiros - Sítio Eletrônico do MST - 08/02/2010	17
Observatório das Inseguranças Jurídicas no Campo medirá os prejuízos gerados pelas invasões de terras - Sítio eletrônico da CNA - 09/02/2010....	22
CNA lança nesta terça-feira o Observatório das Inseguranças Jurídicas no Campo - Sítio Eletrônico da CNA - 09/02/2010	23
Observatório vai monitorar Insegurança juridical no campo - João Domingos - Estado de São Paulo - Nacional - 09/02/2010	24
CPI do MST mira repasse de verbas a entidades - Roldão Arruda - Estado de São Paulo - Nacional - 10/02/2010.....	24
No campo, empate de FH e Lula - Cristiane Jungblut - O Globo - O País - 11/02/2010	25
Aliados neutralizam oposição na CPI do MST - Caio Junqueira - Valor Econômico - Política - 11/02/2010.....	27
Fechamento das escolas itinerantes do MST completa um ano - Sítio Eletrônico do MST - 12/02/2020	28
Assentada que 'descobriu' R\$ 800 mil depõe contra MST - José Maria Tomazela - Estado de São Paulo - 13/02/2010.....	29
Ex-assentada acusa MST de usá-la como laranja - Soraya Aggege - O Globo - O País - 13/02/2010	30
Sem-terra preparam 'Carnaval vermelho' em SP - O Globo - O País - 14/02/2010	31

'Carnaval vermelho' ameaça 61 fazendas – José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 14/02/2010.....	32
Sem-terra ligados a Rainha invadem três fazendas no 'Carnaval vermelho' - Wagner Gomes e Sérgio Guzzi – O Globo – O País – 15/02/2010	33
Seguranças e dissidentes do MST se enfrentam noPontal – José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 15/02/2010	34
Justiça ativa no campo – Estado de São Paulo – Notas e Informações – Editorial – 15/02/2010.....	35
Fluxo de renda define o preço da terra – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 15/02/2010.....	36
Legalização ambiental cresce 430% no PA, afirma secretaria – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 16/02/2010	38
PA apura só 33% de mortes no meio rural – Folha de São Paulo – Brasil – 17/02/2010	39
MST invade 6 fazendas no interior de SP no Carnaval – Estelita Hass Carazzai – Folha de São Paulo – Brasil – 17/02/2010	39
"Invasão consentida" dribla despejo de sem-terra no PA – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 17/02/2010	40
Europeu aluga terra para etanol na África – Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios – 18/02/2010	41
TCU manda investigar entidade ligada ao MST em Santa Catarina – Roldão Arruda - Estado de São Paulo – Nacional – 18/02/2010	42
O'carnaval vermelho' – Estado São Paulo – Notas e Informações – 21/02/2010	43
Com 22 réus no caso Cutrale, MST prepara defesa – José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 22/02/2010.....	44
Governo vai contratar por pregão maior mapeamento de terra do País – João Domingos – Estado de São Paulo – Vida & - 22/02/2010	45
Terra Legal contrata maior georreferenciamento do País – Sítio Eletrônico do MDA – 22/02/2010.....	46
Justiça do Trabalho reconhece as precárias condições de trabalho da empresa BR Foods	48
- Sítio Eletrônico da Fetraf- 26/02/2010	
Repasse ao MSTé alvo de nova denúncia em GO – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 27/02/2010.....	49
Governo assenta sem-terra longe de acampamentos – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 28/02/2010	50
Lula tarda a cumprir promessa na área agrária – Folha de São Paulo – Brasil – 28/02/2010	51

Poder público anda de mãos dadas com os prejuízos gerados pelo agronegócio – Sítio Eletrônico do MST – 01/02/2010

Segundo o professor Althen Teixeira Filho, na entrevista que segue, concedida por e-mail para a IHU On-Line, autores da Alemanha, Argentina, Áustria, Brasil e Uruguai, em uníssono, no livro digital *Lavouras de Destruição: a (im)posição do consenso*, "corroboram o mal causado pelos alimentos transgênicos; que lavouras de árvores não são florestas; que o agronegócio tem financiamento público exponencialmente superior à agricultura familiar (gerando menos empregos, com produtividade menor, destrói o ambiente e exporta o que produz); que a necessidade de hidroelétricas é questionável, geram destruição de ecossistemas vitais e desrespeitam qualquer direito humano". Althen, que é organizador da obra, é enfático em suas respostas. Para ele, "nenhum encontro para discutir o clima vai avançar em defesa dos cidadãos. Os presidentes representam interesses empresariais, não os das populações. Ainda, e por fim, o próximo presidente do Brasil já está escolhido; será qualquer um que dê continuidade a este projeto falido de "capitalismo humanizado"". Althen não acredita que o Brasil possua um modelo desenvolvimentista. E explica: "O governo é a antítese dele mesmo. Temos ministérios para atender interesses políticos, não para criar estratégias de desenvolvimento, sendo um o antípoda do outro".

Althen Teixeira Filho é médico veterinário, formado pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), e mestre em Anatomia dos Animais Domésticos e Silvestres, pela Universidade de São Paulo (USP). Possui doutorado em Anatomia Humana, pela Escola Paulista de Medicina. É pós-doutor, pela Medizinische Universität Zu Lübeck, na Alemanha. Atualmente, é professor da UFPel. A obra *Lavouras de Destruição: a (im)posição do consenso* está disponível para download gratuito no aqui. Althen também é organizador da obra *Eucaliptais- Qual o Rio Grande do Sul desejamos?*.

Confira a entrevista.

Como surgiu a ideia de reunir num livro a realidade comum dos problemas ambientais em diferentes países? Qual o principal objetivo da obra, que tipo de alerta ela quer fazer?

Surgiu como uma continuidade do livro "euCALiPITAIS"(2008). O problema não são as lavouras de eucalipto, o monocultivo, o agronegócio, mas as políticas (públicas) que levam a este tipo de coisa. Como "negócio" estas lavouras são péssimas, pois geram lucro só no sentido das empresas (predadoras) e destruição do sustento do homem do campo, das pequenas empresas, do meio ambiente. A maioria dos "alertas"

já são bem conhecidos, entretanto, destaco no livro a busca da apresentação ordenada de alguns dos problemas, e feita por pessoas qualificadas no seu campo de trabalho. A dispersão de autores pelo mundo mostra que os efeitos danosos de tais negociatas são os mesmos, não importando o local. Por fim, e importante, mostra que não somos "um grupo pequeno" como dizem, mas compomos - e coloco todos como cidadãos -, a maioria expressiva contra os propagandistas pagos pelas empresas.

Quais os países que participam da obra e quais os principais pontos em comum entre eles?

Reunimos pessoas da Alemanha, Argentina, Áustria, Brasil e Uruguai, e a maioria jamais tinha se visto ou conversado, expondo seu ideário sem dialogar entre si. Entretanto, em uníssono, corroboram o mal causado pelos alimentos transgênicos; que lavouras de árvores não são florestas; que o agronegócio tem financiamento público exponencialmente superior à agricultura familiar (gerando menos empregos, com produtividade menor, destrói o ambiente e exporta o que produz); que a necessidade de hidroelétricas é questionável, geram destruição de ecossistemas vitais e desrespeitam qualquer direito humano. Veja alguns títulos: "Por que a natureza ainda não inventou plantações (exóticas)", de Lutz Fährser, Alemanha; "Agronegócio; crescer até o subdesenvolvimento. O escândalo argentino", de Adolfo Boy, Argentina; "Transnacionais e transgênicos: o monopólio de sementes e insumos", de Antônio Andrioli, Áustria; "Eucalipto versus bioma Pampa, compreendendo as diferenças entre lavouras arbóreas e o campo nativo", de Tiago Santos e Rafael Trevisan, Brasil, entre outros não menos importantes. Temos, inclusive, uma música gravada pelo excelente cantor e compositor Pedro Munhoz ("Que verde é este?").

"O problema não são as lavouras de eucalipto, o monocultivo, o agronegócio, mas as políticas (públicas) que levam a este tipo de coisa"

Quais os principais desafios que envolvem hoje o cultivo de alimentos no mundo?

Segundo o prof. Andrioli, produz-se alimento em quantidade suficiente para a população mundial, contudo, o problema é a distribuição e prioridades. Na Etiópia mais de seis milhões de pessoas padecem de fome, com inúmeras mortes diárias e a ONU diz não ter recursos financeiros para auxiliá-los. Mais recentemente, tivemos esta tragédia no Haiti, onde grupos formam pequenos exércitos na luta por água e alimentos. Enquanto isso, o agronegócio produz alimento para animais. Outro fator importante é a posse (privatização) das sementes por algumas empresas (como a Monsanto), tornando os agricultores (todos) reféns destes monstros insanos (ou "insantos"). A semente antes gerava sementes, era sadia, de todos, e trocadas

fraternalmente entre agricultores; hoje é germe estéril e doente, levando suas alterações gênicas a "mesas de insegurança alimentar". Transferem seu desregramento químico ao nosso metabolismo. Ressalto que isto já está comprovado cientificamente, com várias publicações. Esta indústria química "perde a guerra" contra o que chamam de "plantas invasoras" e a multinacional Dow AgroSciences já pediu à CNTBio a liberação de estudos de soja transgênica e, suspeita-se, que a nova variedade será resistente ao herbicida 2,4-D, o "agente laranja" usado como desfolhante na guerra do Vietnam. Assistam o filme "O mundo segundo a Monsanto" (no YouTube) e constatem os seus efeitos colaterais. O objetivo e o modo de alcançar lucro desse pessoal é cruel, insano e feroz. As populações que se danem.

Como são tratados na obra problemas como monocultivo, transgenia, aspectos políticos do financiamento de campanhas, cana de açúcar, barragens, questões técnicas das lavouras de eucalipto e acácia, por exemplo?

Tudo vem pela política. Defendo enfaticamente o financiamento público de campanhas para evitar o que se vê hoje. Os políticos são empregados de empresas com mandato eletivo de vereador, deputados (o Edson Brum e Záchia tentando destruir o nosso regramento ambiental), senadores (o Zambiasi, sempre que possível, na surdina, querendo beneficiar a Stora Enso na faixa de fronteira); governador (a ex-governadora Yeda e o vexame das papeleiras no RS) e até presidente (impossível esquecer o episódio "Lula e a perereca" - quando ele disse que ambientalistas se preocupam mais com pererecas do que com pessoas). Eles têm em comum o aporte financeiro das pasteiras (empresas de celulose) nas suas campanhas políticas (só a ex-governadora recebeu mais de 500 mil). No pleito de 2006 todos os candidatos a cargos eletivos no Brasil declararam ter recebido de pessoas físicas e jurídicas a soma de R\$ 1.428.964.749,52 – um bilhão, quatrocentos e vinte o oito milhões de reais. Só o candidato Lula declarou R\$ 91.490.670,71 – sem contar o que o partido recebeu, e Geraldo Alckmin informou R\$ 81.923.624,75. E o que eles não declararam? Uma análise do último pleito de São Paulo indicou que os candidatos só declaram algo em torno de 40% do que recebem. Estes picaretas vão defender quais interesses? Certamente não os da população. O pior é que o problema não é só do Brasil. Bush era empregado das companhias petrolíferas e colocou (mentindo que procurava armas químicas) o exército mais poderoso da terra a serviço desses interesses. Obama é representante do sistema bancário. Como vimos, não existe dinheiro para matar a fome, mas em 2008 vários governos, o do Brasil inclusive, se reuniram para salvar capitalistas falidos e, importante - alguns calculam a soma repassada entre 15 e 17

trilhões de dólares, valor sacado de cofres públicos (o seu, o meu, o nosso dinheiro) cuja soma também foi utilizada para pagar pequenas fortunas a gerentes de empresas. É por isto que nenhum encontro para discutir o clima vai avançar em defesa dos cidadãos. Os presidentes representam interesses empresariais, não os das populações. Ainda, e por fim, o próximo presidente do Brasil já está escolhido; será qualquer um que dê continuidade a este projeto falido de "capitalismo humanizado".

Por que o subtítulo da obra é “a (im)posição do consenso”?

Althen Teixeira Filho - Achamos que "Lavouras de destruição" não seria suficiente. A "imposição" vai no sentido de ironizar e ridicularizar o fato de que os que contestam este tipo de "desenvolvimento" de governo e empresas são logo taxados de retrógrados, não desejam o avanço da metade sul (no nosso caso), que não nos preocupamos com as pessoas. Já ouvimos que "se fosse por estes ambientalistas, ainda estaríamos nos limpando com sabugos" - veja que manifestação débil e simplória (para dizer o mínimo). Quem não é favorável está associado a "ideologias" retrógradas (na falta de argumentos, sempre aplicam esta de "ideologia"). A "posição" vai no sentido de mostrar a trapaça, o ardil, a empulhação e a mentira como forma de propaganda.

Quais as principais análises jurídicas dos "novos tempos" que o problema ambiental ocasiona?

No capítulo "Ambiente e direito: o homem no limiar da vida" o professor Plauto Faraco de Azevedo, com maestria, raciocina no sentido de que produzimos para a troca e não para o (bom) consumo. Apresentam-nos o neoliberalismo como um imperativo histórico incontornável, o que é uma grande mentira. Isto tem levado a uma crise sistêmica, sendo importante repensar e "recriar" a ciência econômica e jurídica. Pessoalmente, vejo o campo jurídico impregnado por teses absurdas, motivo de tergiversação e omissão, que levam ao favorecimento das empresas. Sobressaem-se poucos procuradores e promotores que lutam com independência, mas que logo sofrem a (im)posição do "sistema".

O que o senhor destaca como o elemento mais significativo das cartas de agricultores familiares publicadas na obra?

As cartas são um elemento de manifestação dos próprios agricultores. Num momento percebi que todos falavam e se preocupavam com agricultura familiar, inclusive a grande representante do agronegócio, a senadora Kátia Abreu (segundo os jornais é grileira). Toda esta hipocrisia advinha da aplicação das novas leis que ordenavam Reserva Legal, Área de Proteção Permanente, entre outras. Resolvi, através de um

projeto de extensão que tenho na UFPel, organizar e ouvir que o que os agricultores familiares queriam dizer é bem diferente do que dizem os formadores de opinião de rádios, TVs, jornais e políticos comprados. Todos devem ler, todavia, já antecipo que eles percebem o abandono no qual se encontram, a preocupação gravíssima com "o dia de amanhã" (sustento dos seus familiares), têm ciência das falsas promessas dos políticos e, muitos deles, produzem aquilo que pode gerar sustento familiar, não o que gostariam. Todos, sem exceção, destacam o equívoco destes ridículos monocultivos. Eles têm um "receituário caseiro" fenomenal para desenvolver uma agricultura familiar segura, com princípios biológicos e éticos (inexistentes nas multinacionais), mas falta-lhes apoio. Conheci um agricultor familiar, no município de Capão do Leão, o senhor Cláudio, que produz alimento de qualidade e sem agrotóxicos. Ele é muito inteligente e, de forma independente, busca na literatura seus próprios caminhos, pois já requisitou ajuda e responderam que hoje em dia esta coisa de produção biológica já é ultrapassada. Veja que ridículo.

Que reflexões a obra suscita sobre nosso modelo desenvolvimentista, principalmente rural?

De forma geral, as manifestações elaboram críticas ao que já citamos (monocultivos - cana-de-açúcar, soja transgênica, eucaliptos e, até, à CNTBio). Sou da opinião de que não temos um "modelo desenvolvimentista". O governo é a antítese dele mesmo. Temos ministérios para atender interesses políticos, não para criar estratégias de desenvolvimento, sendo um o antípoda do outro. Exemplifico: o Ministério da Agricultura e o do Desenvolvimento Agrário. Neste último, conheço pessoas bem intencionadas, com boa vontade, trabalhando com afinco pela agricultura familiar. Bem ao contrário do primeiro, controlado pela "área ruralista" (ainda atuam como senhores feudais), mas que são do mesmo governo. O ministro das Minas e Energia é um subordinado do filho do José Sarney, cujas obras, segundo o noticiário, represam mais verbas públicas para eles do que água. Atuam como monstros, destruindo populações ribeirinhas, sem falar da natureza. É bom que fique claro: esta patacoada de que "ambientalista" está preocupado só com aves, peixes e pererecas já não é mais admissível. O que nos preocupa (embora não me considere ambientalista) é a perda da qualidade de vida e a própria vida das pessoas. Cada governo tem a CNTBio que organiza e merece, e, esta, só serve para sair saracoteando toda e qualquer licença que lhe solicitam.

O que embasa a proposta de disponibilizar o livro em formato digital gratuitamente na internet?

Combater tanta mentira e falsidade, e, para isso, a informação tem que chegar a todos. Os autores dedicaram seu tempo sem receber nada em troca (diferente dos jornalistas que viajaram com passagens pagas pelas papelarias e hoje querem parecer imparciais). O nosso propósito é oferecer subsídios que construam raciocínios livres e independentes (não precisa concordar com as teses do livro), formando cidadãos responsáveis e críticos. Para tanto, buscamos suporte financeiro em vários sindicatos, cujo valor arrecadado é empregado única e exclusivamente para pagamentos de correção, diagramação, formatação, impressão e do qual prestamos contas de cada centavo. Também, o livro "euCALiPITAIS" alcançou quase 500 páginas e "Lavouras" quase 800, o que seria uma quantidade razoável de papel. Em 20 dias, e só no "site" do CEA, vimos que foram baixadas mais de 250 cópias do "euCALiPITAIS" e já sabemos que a procura por "Lavouras" é muito grande. Temos consciência da nossa "pegada ecológica" e, por isto mesmo, buscamos poupar ao máximo a natureza.

Sem-terra isolam sítio invadido há 6 meses - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 05/02/2010

Completa seis meses a invasão do Sítio Santa Marina, do produtor Antonio Aversa Neto, em Pederneiras, interior de São Paulo, por dissidentes do Movimento dos Sem-Terra (MST). Para comemorar o feito, na quarta-feira os sem-terra bloquearam com cercas o acesso à propriedade, impedindo a passagem do dono.

Aversa, que mora na cidade, foi ao sítio e não conseguiu entrar.

O bloqueio afetou também a família do caseiro, que ficou ilhada no local.

Desde a invasão, o sitiante espera que a Justiça julgue um pedido de reintegração de posse da pequena propriedade (31 hectares), adquirida há mais de 20 anos. “Meu caso se parece com o do Estadão, que está sob censura há seis meses.

Todos dizem que eu tenho razão, mas a Justiça não se pronuncia.”

Aversa diz que seu “único crime” é estar em um antigo horto florestal de Pederneiras, desapropriado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e transformado em assentamento.

O horto estava invadido e a terra foi insuficiente para assentar todas as famílias. As que ficaram sem lote, invadiram o sítio.

O sitiante tinha 98 cabeças de gado, tirava leite e produzia queijo. Após a invasão, em agosto, vendeu os animais e ficou só com 20 vacas. A Justiça Estadual mandou despejar os invasores, mas antes que a ordem fosse cumprida o INCRA conseguiu transferir o processo para a Justiça Federal. O juiz Eraldo Garcia Vitta, do Fórum Federal de Bauru, não suspendeu a liminar e ainda não julgou o processo.

O superintendente do INCRA em São Paulo, Raimundo Pires da Silva, considera que o sítio faz parte da terra desapropriada pela União. Para ele, Aversa é mocupante e tem direito apenas a benfeitorias. Entre as várias matrículas que compõem a terra

transferida ao Inca por decisão judicial, não consta a do Sítio Santa Marina. “Um caso que a Justiça vai decidir”, disse. Para o sitiante, o INCRA errou, mas não quer reconhecer o erro. Ele alega que a invasão custou R\$ 60 mil, entre o que deixou de ganhar com a produção e os gastos com advogados.

Deixe de criar e engordar pelo menos 50 bezerros.” ●

Invasores da Cutrale ficarão presos

● Ajuíza Ana Lúcia Aiello Garcia, da 1.ª Vara Criminal de Lençóis Paulista, decidiu ontem manter na prisão os sete integrantes do MST acusados de liderar a invasão e a predação de uma fazenda da Cutrale, em Borebi. Ela determinou que os acusados fiquem presos preventivamente até a conclusão do inquérito.

Eles foram detidos durante a Operação Laranja, em janeiro, mas o prazo da prisão temporária terminava ontem. O advogado Nílcio Costa, da Rede Nacional de Advogados Populares, criticou a decisão da juíza.

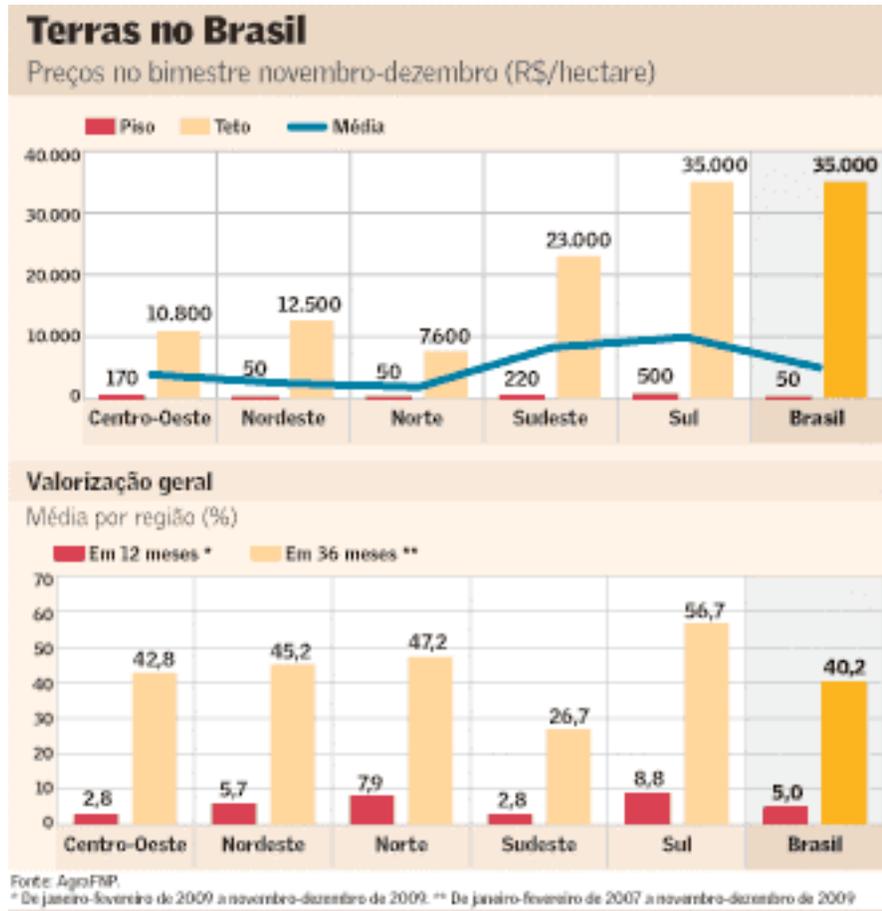
Ela acredita que as prisões serão revogadas pelo TJ.

Ontem, a Polícia Civil indiciou outras 29 pessoas acusadas de participarem da invasão. Já são 51 indiciados por crimes de formação de quadrilha, esbulho possessório e danos, entre outros

Preços das terras devem seguir em alta em 2010 - Fernando Lopes – Valor Econômico – Agronegócios - 05/02/2010

Os preços das terras agricultáveis encerraram 2009 em alta no país e assim devem continuar em 2010. De acordo com Jacqueline Bierhals, analista da consultoria AgraFNP, o aquecimento desse mercado se consolidou no último bimestre do ano passado, apesar da queda das cotações de commodities como soja e milho. Com a tendência de expansão do agronegócio brasileiro nos próximos anos, os sinais de uma disputa mais acirrada por terras de qualidade e a maior presença de grupos estrangeiros e fundos de investimentos em alguns segmentos, novas valorizações estão por vir.

Levantamento da AgraFNP mostra que o preço médio do hectare alcançou R\$ 4.593 no Brasil no último bimestre de 2009, com um incremento nominal de 5% em 12 meses e de 40,2% em 36 meses. Nas duas comparações, as maiores valorizações foram verificadas no Sul - 8,8% e 56,7%, respectivamente -, que se manteve com o maior preço médio entre todas as regiões do país, de R\$ 9.493 no fim do ano passado. A consultoria ressalva, porém, que a procura por imóveis no Sul está aquecida, mas que a oferta é "bastante limitada".



Para Jacqueline, o fato de os preços das terras terem continuado em alta mesmo com a já citada queda dos preços dos grãos sugere que o mercado está "mais maduro". Ela lembra, ainda, que as valorizações apuradas fazem parte de um movimento de recuperação após o aprofundamento da crise financeira irradiada dos Estados Unidos, em setembro de 2008, que brecou as compras e vendas de propriedades no Brasil.

Segundo a analista, apesar da recuperação não são esperadas grandes "explosões" de preços este ano, mas é possível esperar um novo salto entre 5% e 6% na média nacional. É difícil mensurar com exatidão a participação de estrangeiros nas negociações recentes de terras no país, mas Jacqueline estima que ela já esteja próxima dos níveis pré-crise.

Grandes multinacionais e fundos de investimentos estrangeiros vêm colaborando para o amadurecimento do mercado de terras. Entre outras preocupações de tais players, estão as questões ambientais da propriedade visada, que, dependendo da região, pode até receber um "prêmio" por estar de acordo com a legislação. Um imóvel com reserva legal, por exemplo, pode valer mais em uma região carente de propriedades com essa característica.

Jacqueline lembra que, na chamada Amazônia Legal, propriedades do bioma cerrado têm de ter uma reserva legal equivalente a 35% da área. No bioma amazônico da Amazônia Legal, o percentual sobe para 80%, e fora da Amazônia Legal ele é de 20%. "É uma vantagem ter reserva legal, ainda que a ausência dela possa ser compensada em outro local da mesma microbacia. Normalmente, os investidores

estrangeiros preferem imóveis com reserva legal averbada e georreferenciamento, que são mais caros".

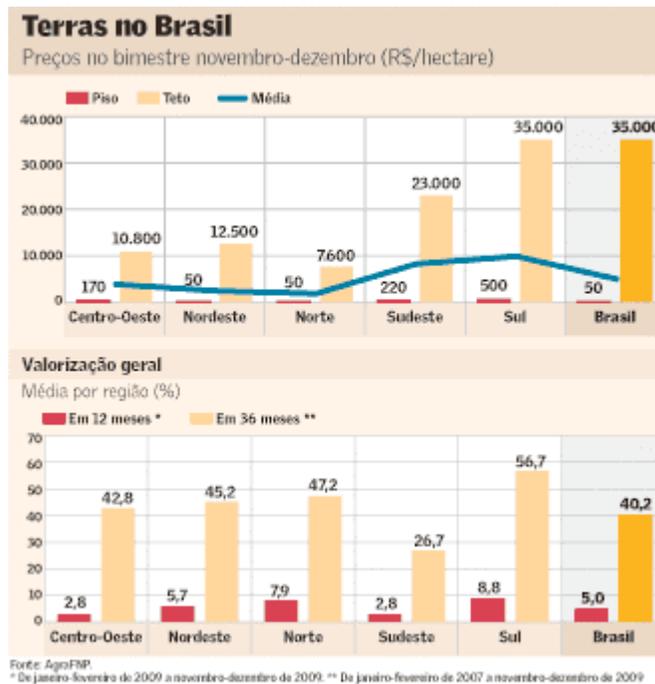
A AgraFNP prevê, no futuro, o aumento da disputa entre produtores de soja e cana por terras de boa qualidade, tendo em vista que, apesar da atual curva descendente da soja, as perspectivas de longo prazo apontam para boas demandas em ambos os casos. A soja tem na expansão do consumo da China, maior importadora mundial do grão, uma âncora importante, enquanto a cana é valorizada pelos bons cenários para açúcar e etanol.

"Nas áreas onde a aptidão natural, tanto de fertilidade quanto de relevo, não se presta aos cultivos de grãos, os preços devem ficar mais estabilizados. É o caso das terras para reflorestamento, fruticultura e pastagens", diz relatório divulgado pela AgraFNP.

Preços das terras devem seguir em alta em 2010 – Fernando Lopes – Valor Econômico – Agronegócio – 05/02/2010

Os preços das terras agricultáveis encerraram 2009 em alta no país e assim devem continuar em 2010. De acordo com Jacqueline Bierhals, analista da consultoria AgraFNP, o reaquecimento desse mercado se consolidou no último bimestre do ano passado, apesar da queda das cotações de commodities como soja e milho. Com a tendência de expansão do agronegócio brasileiro nos próximos anos, os sinais de uma disputa mais acirrada por terras de qualidade e a maior presença de grupos estrangeiros e fundos de investimentos em alguns segmentos, novas valorizações estão por vir.

Levantamento da AgraFNP mostra que o preço médio do hectare alcançou R\$ 4.593 no Brasil no último bimestre de 2009, com um incremento nominal de 5% em 12 meses e de 40,2% em 36 meses. Nas duas comparações, as maiores valorizações foram verificadas no Sul - 8,8% e 56,7%, respectivamente -, que se manteve com o maior preço médio entre todas as regiões do país, de R\$ 9.493 no fim do ano passado. A consultoria ressalva, porém, que a procura por imóveis no Sul está aquecida, mas que a oferta é "bastante limitada".



Para Jacqueline, o fato de os preços das terras terem continuado em alta mesmo com a já citada queda dos preços dos grãos sugere que o mercado está "mais maduro". Ela lembra, ainda, que as valorizações apuradas fazem parte de um movimento de recuperação após o aprofundamento da crise financeira irradiada dos Estados Unidos, em setembro de 2008, que brecou as compras e vendas de propriedades no Brasil.

Segundo a analista, apesar da recuperação não são esperadas grandes "explosões" de preços este ano, mas é possível esperar um novo salto entre 5% e 6% na média nacional. É difícil mensurar com exatidão a participação de estrangeiros nas negociações recentes de terras no país, mas Jacqueline estima que ela já esteja próxima dos níveis pré-crise.

Grandes multinacionais e fundos de investimentos estrangeiros vêm colaborando para o amadurecimento do mercado de terras. Entre outras preocupações de tais players, estão as questões ambientais da propriedade visada, que, dependendo da região, pode até receber um "prêmio" por estar de acordo com a legislação. Um imóvel com reserva legal, por exemplo, pode valer mais em uma região carente de propriedades com essa característica.

Jacqueline lembra que, na chamada Amazônia Legal, propriedades do bioma cerrado têm de ter uma reserva legal equivalente a 35% da área. No bioma amazônico da Amazônia Legal, o percentual sobe para 80%, e fora da Amazônia Legal ele é de 20%. "É uma vantagem ter reserva legal, ainda que a ausência dela possa ser compensada em outro local da mesma microbacia. Normalmente, os investidores estrangeiros preferem imóveis com reserva legal averbada e georreferenciamento, que são mais caros".

A AgraFNP prevê, no futuro, o aumento da disputa entre produtores de soja e cana por terras de boa qualidade, tendo em vista que, apesar da atual curva descendente da soja, as perspectivas de longo prazo apontam para boas demandas em ambos os casos. A soja tem na expansão do consumo da China, maior importadora mundial do grão, uma âncora importante, enquanto a cana é valorizada pelos bons cenários para açúcar e etanol.

"Nas áreas onde a aptidão natural, tanto de fertilidade quanto de relevo, não se presta aos cultivos de grãos, os preços devem ficar mais estabilizados. É o caso das terras para reflorestamento, fruticultura e pastagens", diz relatório divulgado pela AgraFNP.

Justiça endurece e manda mais sem-terra para prisão – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 07/02/2010

Os juízes de primeira instância estão intensificando sua presença em áreas de tensão rural. Um dos sinais da mudança é o aumento do número de ordens judiciais envolvendo conflitos. Segundo levantamento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), no ano passado foram detidos 74 militantes de movimentos de sem-terra – quase o triplo do que se verificou em 2008, quando ocorreram 27 detenções. No mesmo período também aumentou a quantidade de prisões, passando de 168 para 201.

O número de famílias despejadas judicialmente das propriedades rurais invadidas variou de 9.077 para 12.847. Esse acréscimo ocorreu paralelamente a uma queda no número global de invasões.

Esta intervenção do Judiciário poderá ser ainda mais pesada, a julgar pelo que já se observou em janeiro. Em São Paulo, a Justiça autorizou a prisão de 20 integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST), acusados de envolvimento na invasão e depredação de uma fazenda da empresa Cutrale, na região de Iaras, em outubro do ano passado. Em Santa Catarina foram presos outros integrantes da organização, suspeitos de estarem planejando invasões. No Paraná foram expedidos mandados de prisão preventiva para mais quatro líderes. No total foram 27 mandados neste ano – o equivalente ao total de 2008.

Na oportunidade apontar com certeza a causa da mudança. Elas coincidem, no entanto, com uma série de pronunciamentos sobre os conflitos rurais feitos no decorrer do ano passado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Gilmar Mendes.

O primeiro deles ocorreu em fevereiro. Ao comentar em entrevista coletiva uma sequência de 20 invasões de fazendas na região paulista do Pontal do Paranapanema, no período do carnaval, o ministro falou como se a situação fosse uma emergência:

“O termo jurídico sinaliza que há excessos e é preciso, realmente, repudiá-los.”

Ele voltou ao tema em outras cinco ocasiões, chamando a atenção para o “desassossego” social decorrente dos conflitos envolvendo a propriedade da terra. Em dezembro, fez um apelo enfático ao Judiciário: “É

preciso que busquemos uma governabilidade fundiária, com choque de legalidade e respeito à lei para todos.”

APLAUSO E CRÍTICA

Um novo cenário foi provocado pelas ações no meio de organizações de direitos humanos e dos sem-terra, mas é bem vista por ruralistas. “Querem criminalizar a luta social”, protesta o economista João Pedro Stedile, líder do MST. “O Judiciário está protegendo o direito à propriedade, previsto na Constituição”, comemorou o ex-senador Kaetia Abreu (DEM - TO), presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

Nas análises feitas por Stedile, o avanço de movimentos sociais, que contam com a simpatia do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, levou as forças mais conservadoras do País, com pouca força no Executivo, a acionar instrumentos de poder sobre os quais têm maior controle. O Judiciário estaria entre eles.

No mesmo diapasão, integrantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que dá suporte às ações dos sem-terra, acusam os juízes de tratar o direito à propriedade como fator absoluto, ignorando o aspecto da função social da terra. De acordo com a Constituição, quando a propriedade deixar de cumprir essa função, pode ser desapropriada e destinada à reforma agrária.

No ano passado, ao comentar os pronunciamentos do presidente do STF sobre a questão agrária, o bispo dom Xavier Gilles, então presidente da CPT, classificou-o como “representante das elites brasileiras” que “não esconde sua parcialidade”.

Por sua vez, a presidente da CNA observa que a preocupação maior de Mendes é com a eficiência do Judiciário, de maneira geral. “Ele está melhorando aos poucos a performance do sistema”, afirma. “Isso é muito importante.

No Brasil todo mundo fala em direito à saúde e à educação, mas deixa de lado o direito à justiça, que é fundamental na Constituição.”

A líder ruralista também contesta as reclamações quanto à criminalização. “A CPT fala em criminalização do movimento social, mas ignora que as invasões de terra violam o direito à propriedade.

No fundo, o presidente do STF está protegendo a Constituição.” Kaetia Abreu lembra que as decisões dos juízes nem sempre apontam para os problemas dos proprietários. “São no País existem mais de cem ordens de reintegração de posse que não foram cumpridas”, assegura.

CNA cria instituição para monitorar conflitos rurais – Sítio Eletrônico da CNA – 08/02/2010

O debate em torno da presença do Judiciário nos conflitos agrários vai ganhar um novo componente nesta terça-feira. É a data prevista para o lançamento do Observatório das Inseguranças Jurídicas no Campo, uma iniciativa da Confederação Nacional da Agricultura (CNA). O ministro Gilmar Mendes, presidente do STF, deverá participar do evento, com uma palestra sobre a modernização do Poder Judiciário.

De acordo com a presidente da CNA, senadora Kátia Abreu (DEM-TO), um dos objetivos do Observatório é levantar dados sobre as inseguranças jurídicas enfrentadas pelos proprietários rurais e chamar a atenção da sociedade para a precariedade da máquina do Judiciário. Comecei a estudar melhor o assunto e fiquei horrorizada com a falta de estrutura que eles enfrentam, conta a senadora.

No primeiro levantamento que fizemos sobre a situação de Mato Grosso, verificamos que ali existem 2 milhões de hectares de terras que estão em litígio, diz ela. Estou falando de áreas invadidas onde o dono não consegue a reintegração de posse. Áreas em que a Justiça concedeu a reintegração, mas ele não foi executada pela Polícia Militar. E áreas em que a liminar foi concedida e executada, mas o processo não andou, não houve uma sentença final.

A senadora pretende apresentar estes e outros números ao presidente do Supremo na cerimônia de inauguração do Observatório. Também quero mostrar as perdas que isso significa para o País, em termos de produção de grãos, leite e carne, além do emprego. Vou transformar esse imenso litígio judicial em dados econômicos.

O levantamento inicial feito para a inauguração da nova instituição da CNA abrange cinco Estados. Daqui para a frente os estudos serão feitos em colaboração com as confederações estaduais.

Outra questão que a senadora pretende apresentar como prova da insegurança jurídica enfrentada pelos proprietários rurais refere-se às áreas de conservação ambiental. Todo mundo aplaude a criação dessas áreas, que já somam 10% do território do País, diz ela. Mas ninguém fica sabendo o que acontece depois da publicação do decreto no Diário Oficial. Ninguém sabe que em 90% dos casos o processo não foi além desse decreto inicial. O rito de desapropriação não foi concluído e hoje essas áreas não são propriedades rurais nem áreas de conservação. Elas são terras de ninguém.

Ainda segundo a líder ruralista, os maiores prejudicados são os fazendeiros, que não podem plantar e não conseguem mais financiamento nos bancos. Deixam de ser proprietários rurais, mas por outro lado não recebem as indenizações. No Jalapão (parque estadual do Tocantins com cerca de 150 mil hectares), existem quase 8 mil famílias nessa situação.

O Observatório deverá ter um núcleo de pesquisas que vai mapear propriedades rurais ocupadas por sem-terra e também as que estão na iminência de ser ocupadas. Os relatórios serão divulgados no site do Canal do Produtor e enviados às autoridades do Judiciário.

Atualmente existem duas instituições que fazem levantamentos sobre conflitos no campo. A mais tradicional é a Comissão Pastoral da Terra (CPT), vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e simpática à causa dos sem-terra. A outra é o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, da Unesp.

Outra meta do Observatório é fazer levantamento sobre a quantidade de pedidos de reintegração de posse que tramitam no País.

* Fonte: Jornal O Estado de S. Paulo de 07/02/2010.

A polêmica sobre a atualização dos índices de produtividade da agropecuária – Leonilde Medeiros – Sítio Eletrônico do MST – 08/02/2010

8 de fevereiro de 2010

*Por Leonilde Medeiros**

Em agosto de 2009, chegou à mídia mais uma rodada de discussões sobre a necessidade atualizar os índices de produtividade da agricultura brasileira. O Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, com o apoio do chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Luis Dulci, anunciou que a medida seria tomada em breve. Na ocasião, o ministro declarou que os novos índices eram “confortáveis para quem produzia na média regional” e deu alguns exemplos de áreas, reconhecidas como de domínio do agronegócio, que estariam abaixo dos valores efetivamente atingidos em safras anteriores. O ano findou, mas os índices não foram atualizados.

O tema não é novo. Os índices atualmente vigentes, calculados a partir do grau de utilização e de exploração econômica da terra, baseiam-se em números fornecidos pelo Censo Agropecuário de 1975, quando a modernização da agricultura e da pecuária brasileira dava seus primeiros passos. De lá para cá, essas atividades incorporaram muita tecnologia, tanto mecânica quanto química, além de avançarem no terreno das biotecnologias. No entanto, os índices nunca foram recalculados.

Em 2003, o MDA iniciou estudos para que fosse possível essa atualização. Para que os novos valores passem a vigorar, é necessária a oficialização, feita por meio de uma portaria interministerial, que deve ser assinada tanto pelo Ministro do Desenvolvimento Agrário quanto pelo da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Quando o estudo feito pelo MDA foi enviado para análise do Ministério da Agricultura, então dirigido por Roberto Rodrigues, este argumentou sobre a necessidade de novos estudos técnicos. Às vésperas das eleições presidenciais, em 2006, o governo decidiu não tocar mais no assunto, uma vez que logo se evidenciou que a medida proposta tinha um enorme potencial de gerar tensões. Decorridos dois anos do segundo mandato do presidente Lula, cresceu a pressão dos movimentos sociais (principalmente MST, mas também Contag), novos estudos foram feitos, e o governo, mais uma vez, anunciou, em meados de 2009, que iria atualizar os índices.

Como era de se esperar, a necessidade e a pertinência da atualização foi imediatamente contestada pela Frente Parlamentar da Agropecuária, conhecida como Bancada Ruralista, por meio de seu coordenador, deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR). Segundo ele, a atualização era um ato arbitrário, que contrariava os interesses do agronegócio brasileiro, notadamente daqueles que realmente produzem. O deputado afirmou ainda que, às vésperas do plantio de uma nova safra, o campo precisava de paz e tranquilidade. Faz parte dos argumentos sempre utilizados pela Frente a afirmação de que os produtores rurais vivem em dificuldades: pressão da legislação ambiental, dívidas, dificuldades de fechamento de contas em decorrência da política econômica e cambial, que penaliza o setor. Além disso, segundo o deputado Micheletto, o setor foi responsável, no primeiro semestre de 2009, por 26,46% do PIB nacional, 42% do total das exportações e 40,23% dos empregos gerados no país.

As declarações do deputado, na ocasião, foram marcadas por um tom de ameaça velada, típico dos discursos antirreformistas dos anos 1960, de meados dos anos 1980, por ocasião do debate sobre a Proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República e também das discussões sobre reforma agrária no início do governo Lula: “Caso essa inoportuna e perturbadora medida seja adotada, os agricultores não terão mais condições de continuar produzindo com tranquilidade neste país, surgindo daí um estado de calamidade. Tudo isso é lamentável, mas a FPA, esta bancada numerosa e articulada, formada por deputados e senadores de todas as correntes de opinião, não ficará jamais numa atitude apenas contemplativa diante dessa provocação e afronta aos produtores rurais” (www.noticiasagricolas.com.br/noticias.php?id=53358, 20/08/2009, grifos meus).

À mesma época, a senadora Kátia Abreu, presidente da influente Confederação Nacional da Agricultura, também saiu em defesa de suas bases, com algumas alegações interessantes para se pensar o significado político dos índices de produtividade. Além de considerar a medida um ataque à livre iniciativa, ela costurou argumentos que iam desde a pressão da política ambiental sobre os agricultores até a velha tese de que o governo tem muita terra pública que poderia ser direcionada para a reforma agrária. Trouxe ainda de volta argumentos em torno da importância do uso do Banco da Terra e da legislação que permite a compra de terras para fazer reforma agrária (www.agrosoft.org.br, 22/08/2009).

Desde então foram realizadas algumas audiências públicas no Senado, nas quais os que defendem a revisão afirmam que, em várias regiões do país, a produção

atual está bem acima dos índices a serem fixados. Por outro lado, os que são contra alegam que a atualização geraria uma enorme insegurança e uma inédita crise de produção.

O debate se intensificou ao longo do segundo semestre de 2009 e o Ministro Stephanes disse publicamente que não assinaria a portaria. De fato, o ano findou e ela não foi assinada, mostrando a força e grande poder de veto do Ministério da Agricultura. Como o ano de 2010 é eleitoral, dificilmente uma medida tão polêmica entraria em pauta (como já não entrara em 2006).

Cabe perguntar: afinal o que está em jogo numa portaria interministerial, ou seja, um documento que sequer tem o estatuto de lei, não passa pelo Congresso Nacional e tem sustentação legal (a lei nº 8.629 de 1993, conhecida como Lei Agrária, prevê a atualização)? Por que essa portaria atrai tanta oposição e ira?

Um primeiro passo para entender essa polêmica é revisitar a discussão que vem marcando o cenário político brasileiro (e latino-americano) desde há muito: a ligação entre uso da terra/desenvolvimento/reforma agrária. Nos anos 1950, generalizou-se o uso da categoria latifúndio, termo que ganhou várias conotações, principalmente a de improdutividade da terra e de atraso tecnológico, mas também de exploração do trabalho e violência. Toda a polêmica sobre a necessidade de modernização da agricultura ou sobre a necessidade de redistribuição de terras fundava-se na crítica ao latifúndio. O próprio Estatuto da Terra, de 1964, tem seu suporte básico nessa visão, propondo a empresa rural (inclusive a de caráter familiar) como o alvo a ser atingido no processo de modernização das atividades agropecuárias.

Como todos sabemos, a modernização tecnológica se fez no Brasil sem alteração da estrutura fundiária, uma das mais concentradas do mundo, e com uma extraordinária capacidade de permanência e reprodução em áreas de ocupação mais recente, como nos mostram os recém divulgados resultados do último Censo Agropecuário, realizado em 2006.

A vitalidade e a visibilidade que as lutas por terra assumiram no início dos anos 1980 recolocaram o tema da reforma agrária na pauta política, mas num contexto em que o latifúndio, no seu sentido de atraso tecnológico, estava cada vez mais perdendo relevância em favor de uma crescente empresarialização das atividades agropecuárias. Uma transformação veloz, mas que não foi capaz de modernizar essas atividades para além do uso das tecnologias de ponta e da integração sistêmica com as indústrias à montante (máquinas, insumos, sementes) e à jusante (processamento e venda), já que se manteve, por um lado, a relação predatória com o meio ambiente, a

qual caracterizou por séculos nossa agricultura, e, por outro lado, a utilização também predatória da força de trabalho, como o demonstram as sucessivas denúncias que chegam à mídia sobre trabalhadores encontrados em situações extremamente precárias, análogas à da escravidão. Nesse contexto, ganha novas cores o debate sobre a relação entre reforma agrária e desenvolvimento: não se trata somente de tecnologias, mas de acesso a direitos, tanto humanos como ambientais, fundamentais.

Os debates em torno do novo ordenamento legal do país, que se realizaram após o fim do regime militar e que resultaram na Constituição de 1988, trouxeram para a nossa Carta Magna um preceito já incorporado por diversas constituições do mundo: o de que a propriedade da terra deve cumprir uma função social, uma vez que não se trata de uma mercadoria como qualquer outra. O conceito de função social adotado não continha grandes novidades: foi apropriado do Estatuto da Terra e remetia tanto à dimensão econômica da exploração, como aos aspectos trabalhista e ambiental. O seu não cumprimento implicaria numa punição: a desapropriação por interesse social. Naquele momento, no entanto, a Bancada Ruralista conseguiu incluir no texto constitucional uma cláusula que instaurou uma contradição com o conceito de função social: terras produtivas não podem ser desapropriadas. Ora, uma propriedade pode ser altamente produtiva, mas não cumprir sua função social, quando se consideram as condições de seus trabalhadores e os custos ambientais envolvidos na atividade desenvolvida. São raros até agora os casos de desapropriação de um imóvel a partir da função social. O critério da produtividade tem se sobreposto, inclusive nos processos judiciais.

No que se refere aos aspectos fundiários, a regulamentação da Constituição de 1988 foi feita por meio da Lei Agrária de 1993, que considera propriedade produtiva aquela que, explorada econômica e racionalmente, atinge, simultaneamente, graus de utilização da terra e de eficiência na exploração, segundo índices fixados pelo órgão federal competente. Segundo essa lei, os índices precisam ser atualizados periodicamente.

Se a agropecuária brasileira é, como tem sido alardeado amplamente pelos porta-vozes do agronegócio, um exemplo de modernização tecnológica, transformando solos antes considerados inférteis em áreas de altíssima produtividade, porque tantos protestos contra a atualização dos índices? À primeira vista parece uma contradição. Certamente, trata-se de um tema para uma pesquisa criteriosa, em diferentes regiões do país.

Todavia, há alguns argumentos dos setores empresariais rurais e seus representantes que podem fornecer pistas interessantes para entender tal oposição ao cumprimento do que estabelece a Lei Agrária. Um deles é a tese de que as próprias leis de mercado têm se encarregado de expropriar os produtores ineficientes e, portanto, a presença reguladora do Estado seria supérflua. Esse argumento aparece, por exemplo, numa carta de 22 de setembro de 2009, assinada por Paulo Skaf, presidente da Fiesp, e por Roberto Rodrigues, ex-ministro da Agricultura e Presidente do Conselho Superior do Agronegócio dessa importante entidade empresarial paulista.

Segundo eles, “o assunto tornou-se anacrônico, porque foi conceitualmente superado pela história e pela importância dos fatos, que aí estão para condenar a pretendida revisão dos índices de produtividade da agropecuária brasileira” (www.sindiracoes.org.br/index.php).

A medida é condenada também por ser considerada autoritária e atentatória contra o direito de propriedade e liberdade empresarial. Para os que assim argumentam, a definição constitucional de que a terra tem função social é um equívoco. Não faltam os que dizem que ninguém desapropria uma fábrica porque ela não é produtiva.

Compreender as alegações do setor, indo um pouco além dos argumentos que aparecem na imprensa, implica em incorporar à análise a própria lógica da expansão dessa agricultura moderna e empresarial.

A dinâmica da expansão da agropecuária brasileira, cerne do agronegócio, se faz num movimento complexo que tem, de um lado, as terras em produção com, ao que tudo indica, altos índices de produtividade. De outro, terras que estão sendo adquiridas, quer de produtores em crise que vendem sua propriedade para comprar terras mais baratas adiante, quer terras de pecuária, já deflorestadas, “limpas” e prontas para a reconversão produtiva. Trata-se um movimento constante, que envolve tanto a recorrente fracasso de alguns, quanto a prosperidade de outros. Esse movimento tem como um elemento de sua dinâmica a busca de novas áreas para serem incorporadas, mas que não necessariamente são colocadas de imediato em produção. Daí deriva a pressão sobre áreas de florestas, a luta por um afrouxamento nas regras de desmatamento, a crítica à delimitação de reservas indígenas e a oposição à atualização dos índices.

Atentando para essa dinâmica e não para esta ou aquela propriedade, observando os movimentos do mercado de terras em todo o país (que vêm atraindo

investimentos de capitais nacionais e estrangeiros), talvez se possa entender melhor por que uma atualização de índices de produtividade, que parece tão simples, é capaz de despertar tanta celeuma. Terras improdutivas ou produzindo pouco fazem parte das necessidades criadas pela expansão das atividades empresariais. Transformá-las em áreas passíveis de desapropriação, com a possibilidade de se transformarem em assentamentos, significa subtraí-las do mercado e excluí-las do cerne desse circuito de reprodução.

**Leonilde Medeiros é Professora do CPDA/UFRRJ, pesquisadora do CNPq, da Faperj e do Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA).*

Observatório das Inseguranças Jurídicas no Campo medirá os prejuízos gerados pelas invasões de terras – Sítio eletrônico da CNA – 09/02/2010

O Observatório das Inseguranças Jurídicas do Campo, projeto da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), já está em operação, mapeando em todo o Brasil ameaças ao Direito de Propriedade no mundo rural e mensurando os prejuízos que as invasões de terras causam ao País. A iniciativa foi lançada nesta terça-feira, 9 de fevereiro, pela presidente da CNA, senadora Kátia Abreu. O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, participou do evento.

A iniciativa permitirá a formação de um banco de dados capaz de informar a sociedade e os órgãos de governo sobre situações que prejudiquem o setor agropecuário, principalmente nas áreas fundiária e ambiental. Em Mato Grosso, por exemplo, há mais de 2 milhões de hectares de terras em litígio, “engessadas” quanto à capacidade produtiva. Se toda essa área fosse utilizada para a produção de grãos, haveria um crescimento de R\$ 4,6 bilhões no faturamento bruto anual da economia do Estado. É uma receita que deixa de ser gerada, pois terras férteis estão indisponíveis para produzir alimentos. Ainda seguindo o exemplo mato-grossense, nada menos que 13,6 mil empregos não podem ser criados por causa das ocupações irregulares das terras produtivas.

O desrespeito ao Direito de Propriedade em Mato Grosso provoca, ainda, um prejuízo anual de R\$ 874 milhões na arrecadação de tributos federais e estaduais. São valores que deixam de ser recolhidos porque não foi possível produzir. “Esta é a conta que o País paga devido ao desrespeito à ordem jurídica no campo”, disse a presidente da CNA, senadora Kátia Abreu.

Nesta etapa de lançamento, já estão disponíveis dados sobre quatro Estados: Bahia, Maranhão, Mato Grosso e Pará. A análise será ampliada gradativamente para todas 27 unidades da Federação. O Observatório das Inseguranças Jurídicas no Campo vai também acompanhar a cumprimento das decisões judiciais que envolvem

conflitos agrários, reintegração de posse e outras ameaças. Ou seja, haverá também um “termômetro” sobre a demora da Justiça ao analisar questões que buscam a defesa do Direito de Propriedade.

Em Mato Grosso foram analisados 117 processos de reintegração de posse ativos na Justiça Estadual, concentradas na Vara Agrária de Cuiabá, acumuladas desde 1986. Desse universo, existem 31 casos de liminares deferidas e não cumpridas, ou seja, 27%. Há quatro casos extremos, com liminares deferidas e desrespeitadas há mais de 10 anos. Do grupo de 28 processos com pedido de liminar pela reintegração de posse que ainda não foram apreciados, há três casos que aguardam há mais de 10 anos na fila da Justiça.

Todos os dados serão repassados automaticamente ao STF e ao CNJ, de forma a ajudar no cumprimento das decisões judiciais e defender o produtor rural. As informações estarão disponíveis para consulta também no site do Canal do Produtor (www.canaldoprodutor.com.br). Um núcleo de pesquisas estratégicas da CNA vai trabalhar permanentemente na coleta e mapeamento de dados. A tarefa vai contar também com informações fornecidas pelas Federações Estaduais de Agricultura e Pecuária, Sindicatos Rurais e pelos produtores.

CNA lança nesta terça-feira o Observatório das Inseguranças Jurídicas no Campo – Sítio Eletrônico da CNA – 09/02/2010

Brasília (09/02/2010) – A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, lança hoje, 9 de fevereiro, às 19h30, o Observatório das Inseguranças Jurídicas no Campo. A iniciativa visa levantar dados sobre ações identificadas em todo o Brasil que representem, principalmente, ameaças ao Direito de Propriedade.

O evento contará com a presença do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Gilmar Mendes, que fará uma palestra sobre a “Modernização do Poder Judiciário”.

O lançamento será realizado em Brasília, na sede da CNA. **E, quem não puder estar presente, poderá acompanhar ao vivo, às 19h30, a transmissão do evento pelo Canal do Produtor - www.canaldoprodutor.com.br.**

O Observatório das Inseguranças Jurídicas no Campo será um núcleo de pesquisas estratégicas responsável por sistematizar um mapeamento consolidado das invasões de propriedades rurais efetivas ou iminentes, entre outras análises. Será formado um banco de dados capaz de informar a sociedade e os órgãos de governo sobre situações que prejudiquem o setor agropecuário, principalmente nas áreas fundiária e ambiental. A iniciativa vai permitir mensurar os prejuízos causados pelo desrespeito à ordem jurídica no campo, como a quantidade de empregos eliminados e o valor de produção perdido por conta das invasões de terras.

Observatório vai monitorar Insegurança jurídica no campo – João Domingos - Estado de São Paulo – Nacional – 09/02/2010

A Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) lançou hoje, em Brasília, o Observatório das Inseguranças Jurídicas no Campo. A ideia, de acordo com a presidente da CNA, senadora Kátia Abreu (DEM-TO), levantada sobre áreas que representem ameaças ao direito coletivo, individual e de propriedade e formar um cadastro de ilegalidades que ocorrem em todo o Brasil, oferecendo os diversos serviços da Justiça.

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Gilmar Mendes, vai participar da cerimônia de lançamento do observatório. Fará uma palestra sobre a modernização do Judiciário, na qual pregará a necessidade de dar à Justiça mais agilidade no cumprimento das decisões e reintegração das áreas invadidas. Como o CNJ tem feito campanha pelo aproveitamento da mão de obra de ex-presidentes, a CNA vai comunicar que o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural oferecerá treinamento a eles.

O observatório pretende sistematizar um mapeamento consolidado das invasões de propriedades rurais efetivas ou iminentes, entre outras análises.

“Com insegurança jurídica nenhum direito individual ou coletivo é respeitado”, disse Kátia. De acordo com ela, a iniciativa permitirá a formação de um banco de dados capaz de informar a sociedade e os órgãos de governo sobre situações que prejudicam o setor agropecuario, principalmente nas áreas fundiária e ambiental.

PESQUISAS

A CNA pretende criar um núcleo de pesquisas estratégicas para mapear os dados e mensurar os prejuízos causados pelo desrespeito à ordem jurídica no campo. Haverá cálculos sobre quantos empregos são eliminados por causa das invasões de terras e o valor da produção perdida por essa dificuldade. O site Canal do Produtor divulgará os dados levantados sobre desrespeito à ordem jurídica.

Em um primeiro momento, a CNA mostrará o mapa da situação jurídica no meio rural em Mato Grosso, Maranhão, Pará e Bahia. O levantamento mais completo será o de Mato Grosso, que tem vara da Justiça Agrária. Lá existem 2 milhões de hectares em litígio.

Mais adiante, o levantamento sobre as questões jurídicas no campo será estendido às 27 unidades da federação.

CPI do MST mira repasse de verbas a entidades – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 10/02/2010

A CPI destinada a investigar as atividades de movimentos e organizações não-governamentais envolvidos com a reforma agrária pode se transformar em mais uma dor de cabeça para o governo. Programada para começar hoje à tarde, a CPI vai se debruçar especialmente sobre o repasse de verbas públicas para entidades ligadas ao Movimento dos Sem-Terra (MST), que aumentou durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

“A CPI tem força para abrir as contas das entidades e ver se o dinheiro público está sendo bem aplicado”, disse o deputado Valdir Colatto (PMDB-SC), que integra a CPI e preside a Frente Parlamentar da Agropecuária – umadas bancadas mais influentes do Congresso.

“Vamos cobrar transparência nessas transações.”

Colatto acredita que os debates da CPI também sirvam para expor as deficiências da política de reforma agrária em curso no País.

“Temos que fazer mudanças nessa política, na qual se gasta muito dinheiro com poucos resultados. Já se sabe que muitos assentamentos estão fracassados.”

O governo não está de braços cruzados. Senadores e deputados do PT e de outros partidos da base aliada fazem parte da comissão mista.

Ela será presidida pelo senador Almeida Lima (PMDB-CE), enquanto o cargo de relator caberá ao deputado Jilmar Tatto (PT-SP).

Um dos principais alvos das atividades da comissão deverá ser o MST. Tanto que ela é conhecida sobretudo como CPI do MST.

Para organizações ligadas à reforma agrária e entidades de defesa dos direitos humanos, ela faria parte de uma ofensiva destinada a criminalizar movimentos sociais.

Ontem, a Via Campesina, organização espalhada por diversos países da América Latina, lançou um abaixo-assinado no qual se pede que a CPI investigue crimes do agronegócio. De acordo com o texto, a investigação apenas de convênios ligados ao MST “representará, unicamente, mais uma iniciativa parlamentar de criminalização dos movimentos sociais, em uma contribuição a o desenvolvimento e democratização do campo brasileiro”.

A quem de braço entre governistas e não governistas, defensores do MST e ruralistas deve começar hoje cedo, antes da instalação da CPI.

Será uma reunião entre parlamentares para se definir uma pré-pauta dos primeiros encontros. “Vai haver muita polêmica e o cenário não está definido”, diz Colatto.

“Nessas questões nem sempre voto com o governo.

Sigo o que considero correto.”

Esta é a terceira CPI que analisa ações de entidades ligadas à reforma agrária desde o início do governo Lula, em 2003. ●

No campo, empate de FH e Lula – Cristiane Jungblut – O Globo – O País – 11/02/2010

Os dois governos assentaram quase o mesmo número de famílias, mas discordam sobre terras

A comparação entre os governos de Fernando Henrique e Luiz Inácio Lula da Silva, pedida por petistas e aceita por tucanos, resultará em briga forte também no campo. Área sensível em qualquer governo, a reforma agrária teve uma mudança de enfoque da era FH para a era Lula. O governo passado criou o Ministério do Desenvolvimento Agrário e parâmetros legais para a questão fundiária. Já a gestão Lula diz que a prioridade hoje é aumentar o crédito oferecido ao assentado e ao agricultor familiar, e não apenas ampliar o número de famílias nos assentamentos.

Mas o fato é que a gestão passada assentou quase o mesmo número de famílias que o governo atual, sobre o qual existia expectativa maior nessa área diante da ligação histórica do PT com o MST.

Os dados mais recentes do governo, obtidos pelo GLOBO, mostram que no Brasil existem hoje 906,8 mil famílias assentadas pelo Incra. Os governos tucano e

petista trabalham com um universo semelhante de famílias que conseguiram terra via assentamento: 540.704, entre 1995 e 2002; e 574.609 famílias entre 2003 e 2009.

Segundo o Incra, o número atual total corresponde àquelas famílias efetivamente assentadas hoje, enquanto os números globais dos dois governos correspondem ao universo de famílias que passaram pelo Incra em algum momento, mas não necessariamente ficaram no programa. O governo deve divulgar, nos próximos dias, um balanço só com os dados da gestão Lula.

No caso de área de terra obtida para fins de reforma agrária, o governo Lula fica à frente, segundo dados oficiais: 46,7 milhões de hectares entre 2008 e 2009; e 21,2 milhões de 1995 a 2002. Ainda segundo o governo, até 1994, eram 16,4 milhões de hectares.

Hoje, são 84,3 milhões de hectares.

Mas há divergências entre petistas e tucanos sobre esses números.

— O governo Lula é recordista absoluto em famílias assentadas — disse o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel.

Já o ex-ministro de FH para a área, Raul Jungmann (PPS-PE), alega que o governo atual usa metodologia de contagem diferente — incluindo formas de aquisição de terras para reforma agrária. Além da desapropriação, o governo pode adquirir terras para assentamento por meio de compra e por destinação de terras públicas.

Segundo ele, se considerados os critérios anteriores, o governo FH desapropriou 11 milhões de hectares, contra cerca de 3,5 milhões de hectares do governo Lula.

— Assentamos quase 600 mil famílias, desapropriamos 11 milhões de hectares, contra 3,5 milhões do atual governo. Eles podem ter aumentado o volume de recursos, mas, em termos de bons resultados, não (foram melhores) — disse Jungmann.

Ao saber dos números de Jungmann, Cassel disse que o atual governo prioriza a compra de terras com boa qualidade, por isso custa mais caro. O discurso do governo é que o importante é o volume total de hectares obtidos, nas diferentes formas de consegui-la, e não apenas os efetivamente desapropriados.

Convênios serão investigados em CPI

Ontem, a CPI do MST, criada no Congresso para investigar supostos repasses irregulares para o movimento dos sem-terra, aprovou 66 requerimentos.

Entre os pedidos aprovados estão cópias de todas as auditorias que detectaram irregularidades em contas do governo que repassaram recursos aos sem-terra. Técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU) que analisaram a aplicação de recursos federais por entidades ligadas ao campo e à reforma agrária devem ajudar a CPI do MST a investigar possíveis irregularidades em convênios da União com essas organizações.

Os parlamentares querem conhecer conclusões de auditorias do TCU sobre o financiamento de 26 entidades por meio de 167 convênios.

Aliados neutralizam oposição na CPI do MST – Caio Junqueira – Valor Econômico – Política – 11/02/2010

A base governista conseguiu neutralizar a tentativa da oposição em fazer da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) um palco de ataques a um dos principais movimentos sociais que apoiam o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Os governistas utilizaram-se da mesma estratégia da oposição - de fazer uma devassa nas contas do movimento - e apresentaram diversos requerimentos de quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico de entidades ruralistas e de seus representantes, além de empresários ligados ao agronegócio.

Também aproveitou-se do objeto descrito no fato determinado da CPI - "analisar e diagnosticar a estrutura fundiária agrária brasileira e, em especial, a promoção e execução da reforma agrária" - para levar os debates a uma comparação entre o que foi feito na área agrícola no governo atual e no do antecessor, Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

O resultado foi que, dos mais de 160 requerimentos apresentados à comissão, 66 foram aprovados por unanimidade. São esses pedidos que darão o ritmo dos trabalhos nos próximos meses. Entre os destinatários desses convites, estão acadêmicos, religiosos e especialistas ligados a questão agrícola e fundiária brasileira. Até o presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes, será convidado a apresentar dados do Censo Agropecuário de 2006, com números favoráveis ao governo petista.

Ficaram de fora pedidos de quebra de sigilo das organizações acusadas de financiar o MST; convocações de envolvidos na ocupação da fazenda do empresário José Luís Cutrale no ano passado, fato que propiciou a formação da CPI; convocação do ex- ministro Tarso Genro (Justiça) e pedidos de informações relativas a encontros entre líderes do MST e ministros de Estado.

Por outro lado, os ruralistas conseguiram evitar que fossem pedidas quebras de sigilo em suas principais instituições, como a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), além de impedir que fossem convidados a depor empresários ligados ao agronegócio, como fazendeiros envolvidos em acusações de empregar trabalhadores em situação análoga à escravidão. São citados nos requerimentos o Grupo Cosan e Companhia Brasileira de Açúcar e Alcool, duas das maiores usinas de álcool do país.

Serão convidados a depor o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Ubiratan Aguiar; o diretor-geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa; o procurador-geral da República, Roberto Gurgel; o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel; e o presidente do Incra, Rolf Hackbart. Também foram convidados representantes das organizações de trabalhadores que realizaram convênios com órgãos do governo, além de representantes desses órgãos, em sua maioria ministérios. Também foram pedidas cópias dos convênios firmados.

De acordo com o relator da CPI, deputado Jilmar Tatto (PT-SP), o cronograma de trabalho reflete o objeto previsto no requerimento de instalação da comissão.

"Vamos investigar os convênios e discutir a questão agrícola do país", disse o deputado, que pretende apresentar seu relatório em junho.

Fechamento das escolas itinerantes do MST completa um ano – Sítio Eletrônico do MST – 12/02/2010

12 de fevereiro de 2010

Da Radioagência NP

Em fevereiro de 2009 as escolas itinerantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foram fechadas por uma determinação do Ministério Público (MPE) do Rio Grande do Sul. Na ocasião, o MP e o governo estadual realizaram um acordo que confirmou o término do convênio entre o estado e o Movimento para a contratação de professores. Esse acordo representou o fechamento de oito escolas itinerantes do MST.

A posição dos setores conservadores da sociedade gaúcha à educação problematizadora do MST, gerou mobilizações de acampados e assentados em todo o estado. Desde o último ano, o movimento está engajado em continuar educando as crianças acampadas.

Conforme a doutora em educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e integrante do MST, Isabela Camini, a determinação do governo representa a negação às crianças e adolescentes do direito à educação. Mesmo assim, de acordo com ela, as escolas funcionaram nesse período.

“Nenhum movimento social faria uma formação da sua militância e dos seus educadores para reproduzir a sociedade capitalista. Nós do MST, acreditamos na possibilidade de uma transformação social e de construirmos o socialismo, é claro que todo o empenho e toda formação da militância e educadores vão à perspectiva da transformação social. Por isso, o movimento investe nessa formação.”

De acordo com o setor de educação do movimento, a expectativa é que neste ano a situação das escolas seja regularizada. As atividades educativas realizadas atualmente nos acampamentos não são reconhecidas pelo governo do estado. Para 2010, o movimento estima que mais de 400 crianças, jovens e adultos frequentem as escolas itinerantes.

Assentada que ‘descobriu’ R\$ 800 mil depõe contra MST – José Maria Tomazela
– Estado de São Paulo – 13/02/2010

O Ministério Público Federal em Ourinhos, no sudoeste paulista, tomou ontem depoimento da assentada do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Iaras Zildenice Ferreira dos Santos. Ela diz ter descoberto que tem quase R\$ 800 mil em sua conta na Caixa Econômica Federal.

A advogada da assentada acredita que ela poderia estar sendo usada como “laranja” de um possível esquema de desvio de dinheiro envolvendo uma cooperativa do Movimento dos Sem-Terra (MST). Zildenice contou que foi procuradora de um programa habitacional da Caixa para os assentados, mas deixou a função em 2008. A conta, no entanto, continuou a ser movimentada em seu nome.

O procurador da República Svamer Adriano Cordeiro informou que prosseguirá com a apuração.

Em São Paulo, o superintendente do Incra no Estado, Raimundo Pires da Silva, divulgou nota na qual afirma que nenhuma cooperativa faz parte do programa de moradia rural desenvolvido no Zumbidos Palmares, através de convênio entre o órgão e Caixa.

Ainda segundo a nota, a conta aberta no banco é de um grupo de assentados ligados ao programa, representados junto à Caixa por três procuradores.

“Os procuradores são eleitos em assembleia, concordam com a representação e assinam a abertura da conta-poupança.

A movimentação dessa conta é exclusiva para pagamento de fornecedores de materiais de construção”, diz Pires.

Ainda segundo a nota, Zildenice foi uma das procuradoras do grupo de moradia até julho de 2008, quando pediu afastamento e foi eleita nova procuradora.

Em outubro do mesmo ano, o Incra solicitou à Caixa a troca de procurador. “Portanto, não há que se falar em desconhecimento de informações ou uso indevido do nome, nem desvios”, disse Pires.

A Caixa também divulgou nota, na qual afirma que Zildenice era, de fato, uma das três representantes do grupo de assentados que tinham conta na instituição.

O texto também diz que a Caixa foi comunicada sobre a troca de representante e fez a alteração. O extrato teria continuado a ser emitido no nome da antiga correntista, porém, devido a uma demora na atualização nos dados do cadastro.

MADEIRA ILEGAL

De acordo com a assessoria do Ministério Público Federal, a Polícia Federal em Marília abriu inquéritos para apurar a extração indevida de madeira no assentamento em Iaras, tanto por particulares quanto por meio de um convênio celebrado entre o Incra e a Cooperativa de Assentados do Projeto de Assentamento Zumbi dos Palmares (Cocafi), ligada ao MST.

Um dos inquéritos foi aberto a pedido do Incra, que noticiou incêndios criminosos na área.

Ex-assentada acusa MST de usá-la como laranja - Soraya Aggege – O Globo – O País – 13/02/2010

Conta na CEF tem R\$ 750 mil depositados; superintendente do Incra em SP afirma que não há irregularidade

SÃO PAULO. A trabalhadora rural Zildenice Ferreira dos Santos, a Dida, denunciou ontem, ao Ministério Público Federal, em Ourinhos, no interior de São Paulo, que acredita estar sendo usada como “laranja” de uma conta conjunta na Caixa Econômica Federal (CEF). Foram depositados R\$ 750 mil na conta, que beneficiaria o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) por meio de um convênio público.

A conta, no entanto, não permite saques e depende de três assinaturas para que o dinheiro seja repassado a empresas de material de construção.

Ex-assentada, Zildenice deixou o MST e trabalharia para a Cutrale, em Iaras (PS), como colhedora de laranjas.

— Ela recebeu um extrato e foi ao banco. Lá, foi informada de que não poderia movimentar a conta, que está em nome de outro procurador, Paulo Guimarães.

Nossa suspeita é que haja um esquema irregular aí, porque o assentamento foi criado pelo MST, envolvido em outros casos suspeitos. Além disso, como o nome dela aparece, em algum momento vão cobrar impostos pelo dinheiro — disse a advogada de Dida, Fernanda Daniele Pereira Mariano.

O superintendente do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra) em São Paulo, Raimundo Pires Silva, afirmou ontem que espera apenas ser chamado pelo MPF para esclarecer o caso. Ele apresentou documentos, como um comunicado, assinado por Zenaide em 15 de julho de 2008, declarando que não seria mais procuradora de seu grupo de assentados no Programa Incra/CEF de habitação para o assentamento Zumbi dos Palmares.

No dia seguinte, mais de 80 assentados nomearam Luzia da Silva para o lugar de Zenaide.

Outros dois assentados integram o grupo de procuradores, e seus nomes não foram divulgados. O INCRA informou que em outubro de 2008 enviou o ofício 36/2008 à CEF, pedindo a troca de procurador.

Incra informa que dinheiro é para programa de habitação

O dinheiro depositado na conta, segundo o superintendente do Incra, foi depositado pela CEF para o programa de habitação. Os assentamentos geralmente recebem verbas de programas federais para sua estruturação, como no caso das moradias. A conta funciona como uma espécie de “Construcard”: os assentados escolhem o material, os procuradores assinam a compra junto à empresa fornecedora, e o INCRA repassa a compra à CEF, que repassa o dinheiro diretamente ao empresário, de acordo com Silva.

— Não há que se falar em desconhecimento de informações ou uso indevido de nome.

Nem de mau uso de dinheiro público ou de repasse para qualquer movimento, como o MST. E as casas estão em construção, para quem quiser ir ao assentamento vê-las — disse o superintendente.

A advogada, no entanto, alega que o projeto habitacional do assentamento está paralisado há dois anos, embora o extrato recebido por sua cliente, em janeiro, comprove que ocorreram movimentações.

Dida e sua ex-companheira Darci Maria Batista foram o primeiro casal homossexual do país a conseguir um lote de terra em assentamento do Incra.

Mas, quando o casamento acabou, Dida teria desistido do lote em favor da companheira, que continua no MST. Dida mora em outro lote, de parentes, e trabalha na Cutrale. A direção do MST foi procurada, mas não retornou os pedidos de entrevistas.

Sem-terra preparam 'Carnaval vermelho' em SP – O Globo – O País – 14/02/2010

Militantes ligados a José Rainha montam acampamentos em frente a fazendas para cobrar agilidade na reforma agrária

Sergio Guzzi Especial para O GLOBO

ARAÇATUBA. Grupos de semterra ligados a José Rainha Júnior, dissidente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), começaram a montar, na noite de sexta-feira, 70 acampamentos em frente a fazendas das regiões de Araçatuba, Andradina e Pontal do Paranapanema, em São Paulo. A ação faz parte do chamado “Carnaval vermelho”, e tem como objetivo, segundo Rainha, chamar a atenção para as fazendas improdutivas, em processo de desapropriação pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e aquelas consideradas terras públicas, reivindicadas pelo Estado para a reforma agrária.

— Os acampamentos continuarão sendo montados até que haja definição sobre as propriedades.

Muitas já foram declaradas improdutivas, outras estão em dívidas com a União e cometendo crimes ambientais. Existem também áreas que só falta a imissão na posse, pelo Incra, para serem destinadas à reforma agrária — diz Rainha.

O “Carnaval vermelho” foi arquitetado durante a semana e deverá ganhar força durante o feriado. Rainha diz que quer mostrar aos governantes, principalmente paulistas, que é possível fazer reforma agrária de forma pacífica.

— Nossa manifestação é tranquila.

Queremos mostrar que se pode fazer reforma agrária sem ocupações — diz.

A ação do MST deve levar para as margens de propriedades rurais cerca de cinco mil famílias. Rainha diz que não haverá ocupações: — Mobilizamos mais de cinco mil famílias para denunciar que as propriedades são improdutivas ou devolutas. Que pertencem à reforma agrária.

Aos poucos, Rainha e seu grupo vêm transformando a região de Araçatuba em um novo Pontal do Paranapanema. Os semterra que, desde sexta-feira, estão se instalando em frente a 22 fazendas da região já possuem barracos montados no acampamento Adão Preto, considerado o maior do Brasil, em bairro rural do município.

O presidente do Sindicato Rural da Alta Noroeste (Siran), sediado em Araçatuba, Antonio Carlos Ferreira, disse que a região não possui áreas improdutivas.

A organização dos acampamentos se deu de forma tranquila, sem incidentes

‘Carnaval vermelho’ ameaça 61 fazendas – José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 14/02/2010

Olíder dissidente do Movimento dos Sem-Terra (MST) José Rainha Júnior mobilizou cerca de 5 mil pessoas para erguer acampamentos, na madrugada e manhã de ontem, na entrada de 61 fazendas nas regiões do Pontal do Paranapanema e Alta Paulista, no oeste do Estado de São Paulo. Rainha chamou a ação de “carnaval vermelho” em defesa da reforma agrária.

Amobilização atingiu 36 municípios. Assim que chegaram às propriedades, utilizando caminhões, carros e ônibus, os sem-terra estenderam faixas nos portões e cercas com os dizeres:“

Esta fazenda pertence à reforma agrária”. Com madeira e a lona distribuída por meio de caminhões, iniciaram montagem de acampamentos nos limites das áreas. As bandeiras vermelhas do MST também foram fincadas por todos os lugares da ação.

DENUNCIAR

O líder dissidente dos sem-terra explicou que nenhuma fazenda foi ocupada, pois uma lei federal impede o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de vistoriar ou desapropriar terras invadidas.

“Já que não podemos ocupar, queremos denunciar à sociedade que são terras públicas, griladas, ou fazendas improdutivas que devem ser destinadas para a reforma agrária”, afirmou.

Ainda segundo as explicações de Rainha, a ação de ontem foi organizada com outros grupos, como o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (Mast), e sindicatos de empregados rurais ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT). As cidades com maior número de ações registradas até ontem foram Presidente Epitácio e Dracena. Cada uma delas teve cinco fazendas “marcadas” pelo grupo. Entre os alvos também aparecem áreas da Companhia Energética do Estado de São Paulo (Cesp) em hidrelétricas distribuídas por Castilho, Andradina e Pereira Barreto.

Rainha disse que a nova estratégia foi inspirada no presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o “líder maior”, de acordo com sua qualificação. “Ele ensinou o trabalhador a vencer os conflitos com diálogo e com a justiça”, assinalou.

Procurando conferir tom político à operação, o líder dissidente disse que seu grupo tem “o compromisso de eleger Dilma presidente”.

Também “criticou” o governo estadual que, segundo suas afirmações, ampara os latifundiários e criminaliza os sem-terra.

“Para o governo Serra, lutar pela reforma agrária e pertencer ao movimento social é crime”, acusou. Ele ainda atacou a Comissão Parlamentar de Inquérito instalada nesta semana para investigar o repasse de verbas públicas para o MST.

“Deveriam investigar os 15 fazendeiros que são donos de 98 milhões de hectares no Brasil”, afirmou.

REIVINDICAÇÕES

A pauta de reivindicações de Rainha inclui a desapropriação das 61 fazendas, o assentamento das famílias acampadas e a revisão dos índices de produtividade rural. Ele também quer mudanças na legislação, para que o Incra possa comprar e pagar à vista terras destinadas à reforma agrária (hoje o pagamento é feito com Títulos da Dívida Agrária, os TDAs).

Os sem-terra prometem permanecer acampados até que as

áreas sejam destinadas às famílias.

A Polícia Militar monitorou a mobilização e informou não ter havido incidentes. Ainda segundo a PM, alguns proprietários registraram ocorrência policial, reclamando de “perturbação da posse”.

O presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Luiz Antonio Nabhan Garcia, disse que os fazendeiros estão sendo orientados a entrar com pedido de interdito proibitório para evitar invasões. Se a Justiça atender à solicitação, os sem-terra serão obrigados a deixar as imediações da fazenda.

Nabhan acusou Rainha de debochardalei. “Quantas fazendas já invadiu? Quantas depredações cometeu?

Quantas vezes foi condenado e continua impune, fazendo o que quer?”

Para o líder ruralista, Rainha é “respaldado” por autoridades do governo federal.

“Infelizmente, o produtor rural, que já não acreditava no governo, está perdendo a fé na Justiça.” ●

Sem-terra ligados a Rainha invadem três fazendas no 'Carnaval vermelho' - Wagner Gomes e Sérgio Guzzi – O Globo – O País – 15/02/2010

Em Ponta Grossa (PR), conflito entre manifestantes e fazendeiro deixa 3 feridos

SÃO PAULO e ARAÇATUBA (SP).

Sem-terra ligados a José Rainha Júnior, dissidente do Movimento dos Sem Terra (MST), invadiram ontem três fazendas no Pontal do Paranapanema, em São Paulo. A ação faz parte do “Carnaval vermelho”, que começou na sexta-feira, quando os trabalhadores montaram acampamentos diante das fazendas consideradas improdutivas pelos sem-terra no Pontal, em Araçatuba e em Andradina, no interior de São Paulo.

— Nestes dias de folia nacional estamos nos dedicando ao “Carnaval vermelho”, que é a luta pela terra, pela inclusão do trabalhador rural desempregado ou escravizado nos canaviais, pela justiça social e pela reforma agrária — disse Rainha.

Cerca de cinco mil famílias participam do movimento. Os sem-terra ocuparam as fazendas Beira Rio, na cidade de Teodoro Sampaio; Guarani, em Presidente Bernardes; e Brasília, em Anastácio. Numa delas, cortaram as cercas e se instalaram na propriedade.

Rainha disse que a estratégia não era invadir terras, mas alguns seguidores optaram por essa decisão.

Os pedidos de reintegração de posse só poderão ser feitos quarta-feira, na retomada do expediente forense.

Pelo menos 70 acampamentos devem ser montados pelo grupo liderado por Rainha até o fim do carnaval.

Mais de 5 mil famílias participam do movimento. Ontem, o clima esquentou em Mirante do Paranapanema, onde mais de 70 famílias estão acampadas numa estrada que corta a Fazenda São João.

Rainha disse que pistoleiros foram ao local à tarde e ameaçaram voltar à noite.

A polícia foi chamada e acompanha a manifestação.

Em Ponta Grossa, no Paraná, houve, no sábado, conflito entre sem-terra ligados ao MST, caseiros e proprietários da fazenda São Francisco 2. A confusão

ocorreu um dia após uma decisão da Justiça, que determinava a desocupação da área invadida pelo MST. Dois funcionários da fazenda, uma das filhas do proprietário, o tenente-coronel reformado da PM Waldir Copetti de Neves, ficaram feridos.

O enfrentamento começou após os integrantes do MST ultrapassarem uma área de isolamento de 150 metros, estabelecida entre os ocupantes, os proprietários e a polícia. Quando a PM chegou, cerca de 50 sem-terra subiam a estrada que contorna uma plantação de soja, obrigando a família de Neves e os empregados a recuar. A polícia disparou balas de borracha. Para o MST, a área deve ser inserida no programa de reforma agrária porque foi adquirida de forma irregular e pertence à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Rainha disse que, no sábado, enviou ofício a Brasília pedindo audiência com a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, para reforçar os pedidos dos sem-terra.

Ele disse que pretende discutir a liberação de créditos para habitação, infraestrutura dos assentamentos e o pagamento à vista para fazendeiros que se interessam em vender suas áreas.

Até ontem, Rainha não tinha resposta sobre o ofício. Em março, está prevista visita da ministra a Araçatuba, onde o dissidente do MST tem atuado mais incisivamente desde o ano passado.

Há dez meses, ele comanda na cidade o acampamento Adão Preto, montado às margens da vicinal Caran Rezek. No local, há cerca de mil barracos.

Seguranças e dissidentes do MST se enfrentam no Pontal – José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 15/02/2010

Seguranças armadas tentaram expulsar ontem dissidentes do Movimento dos Sem-Terra (MST) da Fazenda São João, em Mirante do Paranapanema, no Pontal, extremo oeste paulista.

Os manifestantes, que ocupavam a estrada de acesso à fazenda, reagiram. O conflito, que não deixou feridos, foi intermediado pela Polícia Militar.

O coordenador local dos sem-terra, João da Silva, disse que os “jagunços” contratados pela fazenda ameaçaram voltar à noite para “liquidar” os manifestantes.

Ele contou que os homens tinham “armas compridas”, possivelmente carabinas e espingardas de calibre 12. A PM informou que os seguranças portavam armas registradas e eram funcionários de empresa de segurança legalizada.

O líder dos sem-terra, José Rainha Júnior, acusou os seguranças de tentar despejar à força os sem-terra. “Eles não entraram na fazenda e têm direito de ir e vir garantido pela Constituição.”

De acordo com Rainha, a fazenda é objeto de ação discriminatória por estar em área de terras devolutas.

Rainha acusou a União Democrática Ruralista (UDR) de incentivar os fazendeiros a se armarem. “A UDR segue a cartilha da senadora Kátia Abreu, que prega o conflito”, disse, referindo-se à presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA). O presidente da UDR, Luiz Antonio Nabhan Garcia, disse que Rainha procura o conflito.

“O proprietário rural tem o direito legítimo de se defender e defender a propriedade.”

INVASÕES

Os dissidentes do MST montaram acampamentos em mais duas fazendas no Pontal e Alta Paulista, ontem, elevando para 63 o número de áreas marcadas pelo movimento para serem desapropriadas pela reforma agrária na região.

A estratégia do líder, de acampar sem invadir as propriedades, não foi observada pelos seguidores. Pelo menos seis fazendas foram invadidas.

Na Fazenda Beira-Mar, em Teodoro Sampaio, os sem-terra cortaram as cercas e instalaram no interior da propriedade.

Outros proprietários denunciaram invasões. Os donos das áreas invadidas terão de esperar a retomada do expediente forense para entrar com pedidos de reintegração de posse na Justiça. Os fóruns da região reabrem na quarta-feira.

Rainha reconheceu que algumas áreas foram ocupadas. No caso da Beira-Mar, disse que a área já foi negociada pelo proprietário como Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), por isso os militantes “foram para dentro”.

De acordo com Rainha, 60% das fazendas marcadas pelos sem-terra foram consideradas improdutivas pelo Incra. O líder contou que propriedades do governo estadual também foram ocupadas, como protesto contra o governo José Serra. ●

Justiça ativa no campo – Estado de São Paulo – Notas e Informações – Editorial – 15/02/2010

Os dados são expressivos: no ano passado foram detidos 74 militantes de movimentos de sem-terra, o que significa quase o triplo das 27 detenções de 2008. Neste ano, em São Paulo, a Justiça determinou a prisão de 20 integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) envolvidos na invasão e depredação, em outubro do ano passado, de uma fazenda da empresa Cutrale, na região de Iaras. (Presos no dia 26, foram libertados na quarta-feira pelo Tribunal de Justiça.) Em Santa Catarina foram presos outros três integrantes da organização, suspeitos de planejar invasões.

No Pará foram expedidos mandados de prisão para quatro líderes em essetistas. No total, foram 27 mandados em janeiro, número igual a todos os expedidos em 2008. Como se vê, a Justiça já começa a reverter um quadro que já se considerava de crônica impunidade dos invasores de propriedade alheia.

De um ano para outro o número de famílias despejadas, judicialmente, das propriedades rurais invadidas variou de 9.077 para 12.847 – e o dado é ainda mais significativo porque no mesmo período o número total de invasões foi menor. Pode-se atribuir a muitos fatores a presença mais eficaz da Justiça no campo e entre eles está a insistente cobrança da opinião pública. Mas é preciso dar destaque ao empenho com que os próprios magistrados têm propugnado o aumento da eficácia na prestação da tutela jurisdicional do Estado nos conflitos rurais. Entre eles o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Gilmar Mendes, que tem feito sobre o assunto firmes pronunciamentos.

Em fevereiro do ano passado, ao comentar uma sequência de 20 invasões de fazendas no Pontal do Paranapanema, advertiu o ministro Gilmar: “O termômetro jurídico sinaliza que há excessos e é preciso, realmente, repudiá-los.” Em outras ocasiões, chamou a atenção para o “desassossego” social decorrente dos conflitos envolvendo a propriedade da terra. E em dezembro fez esse enfático apelo ao Judiciário: “É preciso que busquemos uma governabilidade fundiária, com choque de

legalidade e respeito à lei para todos.”

Era de esperar que entidades e advogados defensores da atuação dos sem-terra se dedicassem a derrubar, nos tribunais superiores – frequentemente com êxito –, sentenças de juízes de primeira instância que caracterizam a prática de esbulho possessório, por parte de invasores de fazendas. São desentendimentos judiciais (especialmente recursais) aos quais não estamos desacostumados.

Isso não elide, no entanto, o visível avanço da atuação dos magistrados nos conflitos do campo. Por outro lado, os produtores rurais já começam a contra com instrumentos de proteção de direitos, tais como o Observatório das Inseguranças Jurídicas, lançado pela Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA).

A ideia, de acordo com a presidente da entidade, senadora Kátia Abreu (DEM-TO), é levantar dados sobre ações que representem ameaças ao direito coletivo, individual e de propriedade, para formar um cadastro de ilegalidades que ocorrem no Brasil – e oferecê-lo ao Judiciário e a setores da Administração ligados à área. A CNA pretende mapear os dados emensurar os prejuízos causados pelo desrespeito à ordem jurídica no campo. Haverá cálculos sobre quantos empregos são eliminados por causa das invasões de terras e o valor da produção perdida, em razão de esbulho.

As informações servirão para que os setores envolvidos, as autoridades administrativas e judiciárias, os legisladores e a opinião pública tenham condições de aquilatar o estrago socioeconômico representado pela quebra da ordem jurídica no campo.

Mas a atuação do Judiciário também tem se feito presente, oportunamente, no combate aos estragos que grupos de sem-terra têm cometido contra a preservação ambiental.

Bom exemplo disso foi o recente deferimento, em poucos dias, do pedido de reintegração de posse, feito pela Procuradoria-Geral do Estado, em favor da Floresta Estadual de Rio Claro “Edmundo Navarro de Andrade”, criada em 1909 pela Companhia Paulista de Estrada de Ferro – um valioso patrimônio ecológico que havia sido invadido por um movimento dissidente do MST. Decisões tempestivas como essa contribuem para uma efetiva recuperação da segurança jurídica no campo

Fluxo de renda define o preço da terra – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 15/02/2010

Estou em negociação para venda de minha fazenda no Paraná. Por causa das recentes e fortes quedas no preço da soja, devo esperar momento mais vantajoso?

O importante em qualquer negociação de ativos produtivos, como é o caso de sua fazenda, é uma avaliação bem feita e isso deve ser realizado por pessoas/empresas especializadas.

O valor de negócios produtivos é calculado com base no **fluxo de renda** que vai gerar no futuro. Com base no valor proposto é que você vai negociar e chegar ao preço final de venda. Observe, também, que o preço da terra muitas vezes tem embutido uma expectativa de valorização independentemente do tipo de produção.

Além de motivações financeiras, a negociação embute motivações psicológicas e essas dependem, por exemplo, do momento econômico, da sazonalidade, da pressa em fazer caixa.

Vender uma casa de praia no verão é sempre mais fácil.

Deixei um emprego de 20 anos e recebi uma boa rescisão. O que o sr. acha melhor: investirem um negócio próprio ou transformar em uma carteira de ações e gerenciá-la via home broker?

A primeira pergunta que você deve se fazer é: quero me aposentar e viver de renda ou voltar ao campo do trabalho? Desde que tenha capacidade de gestão e atue em um campo que conheça bem, a perspectiva é de bom retorno. Caso sua opção seja viver de renda, minha recomendação é de que monte uma **carteira de investimentos bem diversificada**, ou seja, com renda fixa e variável.

Ações, sem dúvida, devem fazer parte da carteira. Você deve fazer muitas contas para verificar se a renda líquida está sendo suficiente para seus gastos. Administrar os próprios investimentos exige planejamento e conhecimento, além de gestão permanente.

Conheci um executivo que morava de aluguel. Ele dizia que valia mais a pena do que investir alto em um imóvel. Segundo ele, o dinheiro que tinha aplicado rendia mais por mês do que o valor do aluguel. Como o sr. avalia essa estratégia?

Do ponto de vista de investimento, esse posicionamento pode ser correto. Caso ele tivesse boa capacidade de gestão dos investimentos, o ganho que poderia obter das aplicações deveria ser superior ao aluguel e ainda sobriaria para aumentar as aplicações. Devemos estar atentos para o fato de que, a despeito de uma elevação de taxa básica neste ano, a tendência de nosso Mercado é de que as taxas de juros caiam e haja uma diminuição cada vez maior da diferença entre o rendimento das aplicações e o valor dos aluguéis. Isso depende, também, do tipo de pessoa. Para viver dessa forma, você precisa gostar de risco.

Muitos não abrem mão da segurança da casa própria. Quem não conheceu pessoas que na época de inflação alta aqui no Brasil venderam tudo para aplicar no mercado financeiro, sem conhecimento, e acabaram perdendo tudo?

Meu filho tem 2 anos. Quero fazer uma poupança para que ele possa estudar no exterior ao completar 18 anos. Compro dólares ou escolho outro tipo de ativo?

A grande preocupação que você deve ter é investir em algo com visão de longo prazo e que não apresente grau de risco muito alto. No seu caso, o prazo permite mais riscos, mas a importância do dinheiro é grande. Assim, devem ser observados riscos menores. A preocupação do câmbio existe, mas poderá ser administrada mais para frente com a realização de parte do investimento em ativos indexados. Há ativos financeiros, como títulos do Tesouro Nacional (no caso, as NTNs), cuja remuneração é atrelada à **taxa de câmbio**.

Lembre-se de que daqui a 16 anos a realidade cambial pode ser muito diferente.

Existe alguma medida que mostre se uma ação está cara ou barata?

Sim, temos medidas objetivas que são utilizadas pelo mercado.

Uma delas é o índice preço/ lucro (P/L), que relaciona o preço da ação no Mercado com o lucro anual (por ação) mais recente que a empresa apresentou. Exemplo: o preço da ação está em R\$ 70,00 e o LPA (lucro por ação) é de R\$10,00. Resultado: o índice P/L é 7. Quer dizer, em tese, que você terá o retorno do investimento em sete anos, se nada mudar. Ao comparar empresas, aquela com P/L maior é considerada mais cara.

Qual o limite da minha renda que devo comprometer com dívidas, como prestação da casa própria?

Uma resposta geral é que você não deve ultrapassar de 20% a 30% dos gastos com dívidas. Não se importe em sofisticar muito o modo de fazer o orçamento, mas se preocupe em não deixar nada de fora. Comece com as receitas, anotando tudo o que você e outras pessoas da família têm de renda.

Lembre-se de que há 13º salário, restituição do Imposto de Renda, etc. Da mesma forma, controle os gastos, organizando por grupos. Exemplo: alimentação.

Não se esqueça de nada, mesmo gorjetas e, sobretudo, poupança

Legalização ambiental cresce 430% no PA, afirma secretaria – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 16/02/2010

Nos últimos seis meses, aumentou em 430% o número de fazendeiros do Pará que buscaram a legalização ambiental de suas propriedades. Dados da Sema (Secretaria Estadual do Meio Ambiente) indicam que em meados do ano passado apenas 2.081 pessoas tinham entregue ao governo estadual algum documento relativo à localização de suas fazendas. Hoje, esse número saltou para cerca de 11 mil. Para ambientalistas e membros do Ministério Público Federal, esse processo, quando concluído, poderá responder a uma das mais importantes dúvidas sobre a Amazônia: quem é dono de que área na floresta. Hoje, uma parcela ínfima da mata tem um mapa fundiário.

Apesar das 11 mil fazendas representarem apenas 10% das áreas que criam gado no Pará, o aumento é considerado "revolucionário" por Daniel Avelino, procurador do República, e "um avanço muito importante" por Paulo Barreto, da ONG Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia). O pesquisador disse que, dentre os identificados até agora, estão alguns dos maiores produtores paraenses, o que indica que a percentagem de terra conhecida pode ser superior à de fazendas. O crescimento da regularização só foi possível porque, em julho de 2009, o Ministério Público Federal no Pará e frigoríficos assinaram acordos segundo os quais as empresas não poderiam comprar carne de quem não se cadastrasse no prazo legal. Outros fatores foram o decreto presidencial de dezembro passado, que anistiou os desmatadores que se cadastrassem, e a disponibilização do cadastro on-line. O Pará é o segundo maior Estado da Amazônia Legal e líder em desmatamento. Para efeito da identificação territorial, há dois mecanismos básicos. Um, que exige o georrefenciamento (localização por coordenadas geográficas), custa caro e é usado por grandes fazendeiros. O outro é mais simples, pois para obtê-lo basta a escritura, com a localização descrita com menos precisão.

PA apura só 33% de mortes no meio rural – Folha de São Paulo – Brasil – 17/02/2010

Um levantamento da CPT (Comissão Pastoral da Terra), braço agrário da Igreja Católica, indica que dois terços dos assassinatos no campo no Pará nos últimos 26 anos nunca foram investigados. Usando dados coletados pela própria CPT, pela Ouvidoria Agrária Nacional e pelo Tribunal de Justiça do Pará, a comissão concluiu que, dos 687 assassinatos de trabalhadores rurais ocorridos no Estado entre 1982 e 2008, só 231 (33,6%) foram alvo de inquérito -apesar da obrigação policial de investigar mortes violentas. Os dados foram enviados ao CNJ (Conselho Nacional de Justiça) para começar um mutirão judicial de aceleração de 126 casos que nunca foram julgados. A Secretaria da Segurança do Pará disse, por meio de assessoria, que um dos focos de sua atual gestão é justamente o conflito no campo e que conseguiu diminuir esses assassinatos. Um dos motivos da melhoria, disse, é o uso de "inteligência policial" e a "união de forças" com policiais federais. **(JCM)**

MST invade 6 fazendas no interior de SP no Carnaval – Estelita Hass Carazzai – Folha de São Paulo – Brasil – 17/02/2010

PM afirma que ações foram pacíficas e não houve conflito

Pelo menos seis fazendas no interior paulista foram invadidas por integrantes de movimentos sem-terra neste feriado de Carnaval, de acordo com balanço de dois batalhões da PM. As ações foram pacíficas e não houve confrontos. As invasões contrariam o anunciado pelas organizações participantes do "Carnaval Vermelho", que promove a mobilização dos sem-terra durante o feriado para chamar atenção para a reforma agrária. Segundo nota do movimento, os sem-terra apenas acampariam em frente à entrada de 61 fazendas no Estado. A nota afirma que as fazendas são "latifúndios improdutivos" e que pertencem ao Estado, devendo ser desapropriadas para fins de reforma agrária. Duas das fazendas invadidas no Carnaval, porém, não faziam parte da lista divulgada. As seis propriedades invadidas ficam no oeste do Estado. De acordo com a PM, os sem-terra agiram em grupos pequenos, de no máximo 50 pessoas. Até a tarde de ontem, 4 das 6 fazendas continuavam invadidas -em duas delas, já haviam sido construídos barracos de lona, segundo a PM. Na fazenda Beira-Rio, em Teodoro Sampaio (630 km de São Paulo), ainda invadida, a promessa dos sem-terra era de que deixariam o local até o final desta semana. Já a fazenda São José, em Marabá Paulista (610 km de São Paulo), foi desocupada no mesmo dia da invasão, no domingo. Os sem-terra permaneciam em frente à propriedade, nas margens da rodovia.

Colaborou **RENATA BAPTISTA**, da Agência Folha

"Invasão consentida" dribla despejo de sem-terra no PA – João Carlos Magalhães
– Folha de São Paulo – Brasil – 17/02/2010

Justiça de Marabá tenta acordo entre invasores e proprietários antes de decidir

Medida prévia à concessão de reintegração de posse é para evitar conflitos; plano de direitos humanos prevê a adoção de regra semelhante

Enquanto ruralistas e governo federal discutem a legalidade do ponto do Plano Nacional de Direitos Humanos que prevê a negociação entre sem-terra e proprietários rurais antes do despejo de invasores, uma versão da ideia já é aplicada no sudeste do Pará, região de maior conflito agrário do país. É a "invasão consentida". A medida proposta no criticado plano prevê que, por meio de lei, a mediação entre as partes sirva como "medida preliminar" à concessão de liminares. Não é muito diferente do que é feito pela Vara Agrária de Marabá, maior cidade da região. Uma vez ocorrida a invasão, a Justiça de Marabá tem chamado invasores e donos de áreas invadidas para tentar um acordo, antes de decidir sobre liminar de reintegração de posse.

Só em dezembro do ano passado, numa visita do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), a vara conseguiu 11 "acordos de paz" em fazendas onde estavam 1.760 famílias. Outras seis audiências estão marcadas. Geralmente, os proprietários aceitam o não cumprimento ou o indeferimento de mandados em troca de um período de convivência pacífica ou da saída temporária dos sem-terra.

Durante essa "trégua", o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) faz vistorias para decidir se a fazenda deve ser desapropriada para a reforma agrária. "Os acordos são eficazes, na maioria das vezes", disse Cláudia Regina Favacho, juíza da Vara Agrária. "Como existe um compromisso dos dois lados, acaba esse jogo de gato e rato, em que a polícia tira os trabalhadores e logo depois eles voltam para o mesmo lugar."

A iniciativa se fortaleceu nos últimos seis meses. Para o advogado José Batista, da CPT (Comissão Pastoral da Terra), é uma resposta à ação da Agropecuária Santa Bárbara Xinguara, ligada ao banqueiro Daniel Dantas, na região. Em pouco mais de quatro anos, a empresa comprou 500 mil hectares de terra. Os sem-terra invadiram 10 das 45 fazendas do grupo.

Para a Santa Bárbara, o recrudescimento na região se deve à negativa do governo de Ana Júlia Carepa (PT) em expulsar os sem-terra de suas terras. A Faepa (Federação da Agricultura e Pecuária do Pará) vê nos acordos um sintoma do "desespero" dos fazendeiros com invasões que podem durar anos. "É como você deixar o Marcola [integrante da organização criminosa PCC] entrar na sua casa e ter de negociar para que ele saia", disse Carlos Xavier, presidente da entidade.

Europeu aluga terra para etanol na África – Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios – 18/02/2010

Empresas da Europa começam a alugar terras na África para produzir etanol, exportar livres de tarifas para o mercado europeu e concorrer no futuro com o biocombustível brasileiro.

A companhia suíça Addax Bioenergy acaba de assinar contrato com o governo de Serra Leoa, um dos países mais pobres do planeta, para aluguel de 10 mil hectares de terras visando produzir 100 milhões de litros de etanol a partir de cana-de-açúcar.

O projeto é estimado em US\$ 200 milhões, com cofinanciamento do Banco Europeu de Investimentos e Banco Africano de Desenvolvimento, além de apoio da Agência das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), segundo seus diretores. A produção deve começar em 2012. A empresa está em discussão também com indústrias brasileiras para o fornecimento de equipamentos.

A sueca Sekab, que costuma importar etanol do Brasil, é outra que tem projeto de aluguel de terra na Tanzânia. Além disso, começa a ser desenvolvido gradualmente um projeto tripartite, entre a União Europeia, Brasil e União Africana, para produção do combustível na África visando também o mercado europeu.

A Addax Bioenergy afirma que um argumento pesou forte na sua escolha: o etanol de Serra Leoa será exportado para os 27 países do bloco europeu livre da tarifa de € 192 por mil litros que é aplicada sobre o produto brasileiro.

Isso não inquieta representantes brasileiros. Para cumprir sua meta de adicionar 10% de biocombustível na gasolina vendida no mercado europeu, a UE precisa importar. E há espaço para todos os produtores. Para os brasileiros, o importante no momento é transformar o biocombustível em commodity global. Além disso, os projetos na África estão longe de chegar à dimensão da produção brasileira.

Serra Leoa sofreu uma guerra até dez anos atrás e seus seis milhões de habitantes têm dificuldades para se alimentar. Mas a companhia suíça argumenta que o país está calmo hoje. Afora isso, o clima é favorável, a cultura irrigada da cana-de-açúcar dá rendimentos comparáveis ou superiores aos do Brasil, onde o rendimento energético é duas vezes maior que o etanol americano e a economia de CO₂, três vezes superior. Um funcionário afirma que o projeto foi totalmente inspirado na experiência brasileira.

A Addax vai pagar aluguel de US\$ 12 por hectare por ano, dos quais 60% serão pagos diretamente aos proprietários das terras. A plantação de cana não deverá atingir nem as zonas úmidas destinadas à produção de arroz, nem as florestas. A empresa promete criar dois mil empregos diretos.

O investimento em Serra Leoa está sendo submetido a estritas normas para reduzir impactos ambientais e sociais. Os bancos financiadores procuraram todas as

garantias, para não serem acusados de participar da recolonização da África por meio da compra de terras para produção de algo que a população local ignora. Organizações humanitárias são céticas.

O fenômeno do "land grabbing" cresce. Esse é o termo usado para compra ou aluguel de vastas áreas de terras por investidores privados ou países ricos, como Arábia Saudita e Coreia do Sul, em nações em desenvolvimento, para produzir alimentos destinados à exportação. Desde 2008, 180 contratos teriam sido assinados, segundo um instituto de Oakland, nos EUA. O International Food Policy Research Institute estima que investidores estrangeiros já garantiam entre 15 milhões e quase 20 milhões de hectares de terras em países pobres entre 2006 e meados de 2009.

A Organização das Nações Unidas (ONU) começou a discutir um código de conduta para regular os investimentos estrangeiros em terras agrícolas. Mas serão regras voluntárias, que vão demorar um ano, talvez mais, para ser aprovadas.

TCU manda investigar entidade ligada ao MST em Santa Catarina – Roldão Arruda - Estado de São Paulo – Nacional – 18/02/2010

O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou a Secretaria de Controle Externo de Santa Catarina o "aprofundamento" das atividades desenvolvidas pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Cooperativa dos Trabalhadores da Reforma Agrária de Santa Catarina, que é ligada ao Movimento dos Sem-Terra (MST). De acordo com o TCU, existem indícios de irregularidades na execução dos convênios.

Segundo levantamento feito no ano passado pela organização não-governamental Contas Abertas, a cooperativa catarinense faz parte de um listado de 43 entidades privadas e sem fins lucrativos que recebem recursos federais e que têm no seu quadro de dirigentes, comprovadamente, líderes do MST. Entre 2003 e 2009, ela teria recebido R\$ 11 milhões dos cofres públicos, segundo a mesma fonte.

A verba destinada à cooperativa no ano passado, no valor de R\$ 3,3 milhões, foi 65% maior que a do ano anterior.

A determinação do TCU chama a atenção, entre outras coisas, para a possibilidade de conflitos de interesses. Citado especificamente o caso da Associação Estadual de Cooperativas Agrícolas de Santa Catarina, entidade encarregada de monitorar e avaliar o convênio.

Um dos diretores dessa entidade, Luciano Ravello, já presidiu a cooperativa beneficiada com os recursos públicos. O agravante, segundo o TCU, é que as duas entidades funcionam no mesmo endereço, no município de Chapecó. Ravello, de acordo com o cruzamento de informações feito pelo Contas Abertas, é um conhecido líder do MST no Estado. Mas não só. O diretor da cooperativa que assinou o convênio, Joel Tomazi, também é citado em reportagens e boletins como líder do movimento.

O atual chefe da divisão de desenvolvimento de projetos de assentamentos do Incra, Marcelo João Soares, diretamente envolvido como convênio, já fez parte do quadro social da cooperativa.

O Contas Abertas, que analisa sobretudo a transparência na administração dos recursos públicos, interessou-se pela questão porque, segundo a lei

brasileira, entidades, movimentos e pessoas envolvidas de alguma maneira com invasões de terras ou de bens públicos não podem receber recursos públicos.

Se isso ocorrer, os órgãos responsáveis pelo controle dos repasses podem suspendê-los.

Em dezembro, o TCU chegou a suspender, por meio de medida cautelar, a execução do convênio com a cooperativa catarinense.

O Incra recorreu, interpondo um agravo, e, na quarta-feira, às vésperas do feriado de carnaval, o TCU revogou a cautelar, permitindo a continuidade dos repasses.

“O plenário do tribunal concluiu que não havia elementos para a cautelar e deu prosseguimento ao convênio”, disse ao **Estado** o procurador do Incra em Santa Catarina, Valdez Farias. “O Incra está inteiramente disposto para qualquer iniciativa de acompanhamento e fiscalização do convênio. Mas não pode concordar com sua suspensão.”

Os recursos beneficiam 5.162 famílias, distribuídas por 132 assentamentos no Estado. Atende a projetos de 52 cooperativas, a maior parte deles voltados para a agroindústria, o beneficiamento de produtos da agricultura familiar, muito forte em Santa Catarina.”

No agravo apresentado ao TCU, o Incra também argumentou que os conflitos de interesses apontados não existem.

Argumentou, por exemplo, que Ravelon, o diretor da associação encarregada de fiscalizar o convênio. Ele apenas faz parte do conselho fiscal, sem função deliberativa.

No mesmo acórdão em que revogou a cautelar, o TCU determinou, por recomendação do relator, Augusto Sherman Cavalcanti, que a análise do convênio seja aprofundada.

O ‘carnaval vermelho’ – Estado São Paulo – Notas e Informações – 21/02/2010

O Movimento dos Sem-Terra (MST) tem se mantido rigorosamente fora da legalidade, sem registro de pessoa jurídica ou de quaisquer outros que lhe confirmem existência oficial, como estratégia para não ser atingido pelas consequências dos atos criminosos que pratica, e para não ter de prestar contas das verbas públicas que recebe, por meio de entidades “laranjas”. Essa estratégia, por quê, tem seu preço. Esse movimento dito “social” não tem meios de impedir que dissidentes ou grupos que se organizem para praticar esbulhos possessórios, depredar ou devastar fazendas, como habitualmente faz o MST, utilizem seus símbolos e bandeiras, encampando sua “marca”, mesmo à revelia de suas lideranças. É isso o que tem feito o dissidente José Rainha Júnior.

Na ação que chamou de “carnaval vermelho”, pretendia montar acampamentos na entrada de 61 fazendas nas regiões do Pontal do Paranapanema e Alta Paulista, atingindo 36 municípios. Mobilizando cerca de 5 mil pessoas e utilizando caminhões, carros e ônibus, a operação de Rainha ultrapassou suas expectativas e atingiu 70 fazendas, com novos acampamentos montados na região de Araçatuba. Segundo Rainha, era preferível acampar na entrada das fazendas – e não ocupá-las – porque o Incra está proibido, por lei, de desapropriar fazendas invadidas, dentro do programa governamental de reforma agrária. De fato, surpreendente, o “respeito” demonstrado por Rainha a esta lei, do tempo do governo FHC – destinada a desestimular o esbulho – e que não tem sido muito respeitada no governo Lula.

“J?que n? podemos ocupar, queremos denunciar ?sociedade que s? terras p?licas, griladas, ou fazendas improdutivas que devem ser destinadas para a reforma agr?ia”, afirmou o emessetista dissidente, fazendo colocar na entrada das fazendas “denunciadas”, misturadas com bandeiras vermelhas do MST, faixas com os dizeres: “Esta fazenda pertence ?reforma agr?ia.” Certamente Rainha julga ter credibilidade suficiente para que sua “den?cia” seja prontamente acatada pela sociedade. Mas, como a entrada de uma fazenda ? de dom?io p?lico e ocup?la significa impedir o livre tr?sito das pessoas, a aceita?o da nova estrat?ia nem sempre foi pac?ica. Em pelo menos seis fazendas houve invas? efetiva, com derrubadas de cerca e tudo o mais.

Seguran?s da Fazenda S? Jo?, em Mirante do Paranapanema, no Pontal, reagiram ?ocupa?o da estrada de acesso ?fazenda. O conflito – felizmente sem feridos – foi mediado pela Pol?ia Militar. O coordenador local dos sem-terra, Jo? da Silva, afirmou que os “jagun?s” contratados pela fazenda amea?aram voltar ? noite para “liquidar” os manifestantes. Contou que os homens tinham “armas compridas”, possivelmente carabinas e espingardas. Mas a Pol?ia Militar informou que os seguran?s portavam armas registradas e eram funcion?ios de empresa de seguran? legalizada. J?a Fazenda Bandeirantes, em Salmour?, na Alta Paulista, obteve da Justi? uma liminar dada em interdito proibit?io – medida judicial de prote?o ?propriedade – em raz? de 200 emessetistas dissidentes estarem ocupando os limites da fazenda.

Com essa medida, havendo descumprimento, a pol?ia pode ser acionada para prender os invasores. ?sintom?ico o fato de o l?er Rainha J?ior ter criticado, especialmente, a circunst?cia de a liminar ter sido dada num dia em que o f?um estava fechado –ou seja, no feriado de carnaval.

Isto significa que o dissidente Rainha, al? de se utilizar dos mesmos m?odos do movimento “original” dos sem-terra, tamb? compartilha da mesma expectativa de impunidade.

Esses grupos s? iguais na viol?cia e na cren? de que a Justi? n? funciona no campo, a propriedade rural n? usufrui da prote?o que lhe garante a Constitui?o e, em consequ?cia, o esbulho possess?io ?iniciativa f?il e sem riscos, s?dependendo da capacidade de arregimentar e organizar militantes para sua execu?o. S? que, como temos apontado nesta p?ina, esse quadro est?se alterando: a Justi? come? a se mostrar ativa no campo

Com 22 r?us no caso Cutrale, MST prepara defesa – Jos? Maria Tomazela – Estado de S?o Paulo – Nacional – 22/02/2010

A 1^a Vara Criminal de Len?ois Paulista, no estado de S?o Paulo, deve notificar nos pr?ximos dias os 22 integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) que ser?o processados sob a acusa?o de invadir e depredar uma fazenda de laranjas da empresa Cutrale, em outubro.

A notifica?o foi determinada pelo juiz de primeira inst?ncia Ana L?cia Gra?a Lima Aiello. Em despacho assinado no dia 11, ela aceitou a den?ncia do Minist?rio P?blico Estadual contra os militantes. Acusados tamb?m de terem furtado equipamentos da fazenda, eles passaram a ser considerados r?us.

Os advogados que atuam a favor do MST j? se prepararam para definir a linha de defesa. Durante a fase de inqu?rito policial, sete dos acusados foram presos pela

Polícia Civil e libertados dias depois, por determinação do Tribunal de Justiça de São Paulo, que considerou as prisões irregulares.

Os réus foram denunciados por crimes de danos, furto e formação de quadrilha. Ajuíza determinou intimação dos acusados para responderem às acusações por escrito.

A denúncia atinge Miguel da Luz Serpa, coordenador estadual do MST; Edilson Granjeiro Xavier, ex-prefeito de Iaras, filiado ao PT; Rosimeire D'Arco de Almeida Serpa, vereadora do PT na mesma cidade; Willian Miranda Cabeçoni, mais conhecido como Japonês; Romildo Pereira, o Lega; Roberto Alves Villas Boas, o Bin Laden; Rivadávia José de Almeida, o Xampu; Paulo Costa Albuquerque, da coordenação estadual; Máximo Alvino de Oliveira; Laudemir Tani; Jessissai Marques das Neves; Jefferson Diego Gonçalves, o Doido; Ivaldo Oliveira Cintra, o Cabeça Branca; Fernando Aparecido dos Santos, o Rundap; Elisete Souza da Silva, a Dinha; Cristiano Guedes Pereira, o Biguá; Claudete Pereira de Souza; Carlos Alberto da Luz Serpa; Avelino Rodrigues de Oliveira; Anselmo Villas Boas, o Gaúcho; e Andréia do Carmo Pio.

Aparece também na lista Paulo Rogério Beraldo, coordenador do MST na região, que dirige o trator usado para derrubar os pés de laranja da Cutrale, líder mundial no setor de exportação de suco.

O advogado Aton Fon Filho, da Rede de Justiça e Direitos Humanos, estranhou a forma "acelerada" com que a denúncia foi apresentada.

"Depois das prisões ilegais, que, segundo o TJ, não poderiam ter sido feitas, uma vez que sequer existia denúncia, precisamos ficar atentos", disse ele. Na opinião de Roberto Rainha, que também defende os sem-terra, eles deverão negar os crimes. ●

COLABOROU ROLDÃO ARRUDA

Governo vai contratar por pregão maior mapeamento de terra do País – João Domingos – Estado de São Paulo – Vida & - 22/02/2010

O governo fará no dia 8 um pregão eletrônico para contratar o maior serviço de georreferenciamento de terras já feito no País. Serão atendidos só na primeira fase 100 mil dos 296 mil imóveis de até 1,5 mil hectares que deverão ser regularizados na Amazônia. Eles ficam em 173 municípios tidos pelo Ministério do Meio Ambiente como os que mais desmatam.

Para os contratos de georreferenciamento a serem fechados no pregão, o governo reservou R\$ 173,7 milhões do orçamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O valor máximo por quilômetro no Estado do Amazonas será de R\$ 950 por ser o de mais difícil acesso; no Acre, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Tocantins o máximo a ser pago por quilômetro será de R\$ 650.

Ao todo, serão 266 mil quilômetros lineares a serem mapeados, distância que corresponde a quase sete voltas na circunferência da Terra que, de acordo com a Nasa, é de 40 mil quilômetros a partir da linha do Equador.

O trabalho deverá chegar a cerca de 30 milhões de hectares na primeira fase do processo de legalização das ocupações da Amazônia, informou o coordenador do Programa Terra Legal Amazônia, Carlos Guedes.

A primeira etapa deixou de fora as terras do Amapá e de Roraima. Nototal, segundo cálculos do governo, as propriedades passíveis de regularização ocupam cerca de 67 milhões de hectares de terras da União.

A legalização das propriedades de até 1,5 mil hectares da Amazônia foi aprovada pela Lei 11.952/2009, resultante da Medida Provisória 458.

A senadora Marina Silva (PV-AC) e os ambientalistas acusaram o governo de, com a lei aprovada, criar uma legislação que vai legalizar a grilagem.

O instrumento passou a ser chamado pelos seus críticos de “MP da grilagem”.

O governo respondeu que, ao contrário, com a legalização será possível saber quem é que desmata ilegalmente. Pela lei, nenhuma ocupação acima de 1,5 mil hectares pode ser regularizada e suas terras poderão ser reavidas pela União.

Logo depois da aprovação da lei que autorizou a regularização das terras da Amazônia Legal, o governo acionou a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e a Polícia Federal para verificar como as pessoas que ocuparam as propriedades estavam reagindo.

Foi descoberto que houve tentativa de uso de laranjas para dar às ocupações maiores do que 1,5 mil hectares condições de regularização. Também ocorreu boicote por parte de fazendeiros e prefeitos e foi constatado que não havia estrutura suficiente para as equipes do governo que faziam os levantamentos da situação.

AUTORIZAÇÃO

As empresas que vencerem o edital de licitação para fazer o georreferenciamento das terras ocupadas terão liberdade para executar o trabalho. No entanto, quando precisarem fazer picada e abertura na mata, terão de pedir autorização ao Instituto do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e ao Instituto Chico Mendes.

De acordo com o edital, poderão participar do leilão empresas constituídas em forma de consórcio; microempresas e empresas de pequeno porte; e empresa que tenha no mínimo um responsável técnico credenciado pelo Incra para cada item contratado.

Não poderão participar da licitação empresas que tenham falência, concordata ou insolvência declarada por sentença judicial; que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão ou entidade das administrações públicas federal, estadual ou municipal; que tenham prestado informações inverídicas em sua documentação para habilitação ou em sua proposta de preços. Também ficam de fora estrangeiras que não funcionem no País; servidor de órgão ou entidade vinculada ao promotor da licitação, ou da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico. ●

Terra Legal contrata maior georreferenciamento do País – Sítio Eletrônico do MDA – 22/02/2010

A meta de quilômetros que o Programa Terra Legal Amazônia pretende contratar com a abertura, nesta quinta-feira (11), do edital de registro de preços para serviços de georreferenciamento na Amazônia Legal equivale a sete voltas à Terra. A circunferência do planeta a partir do Equador, segundo a Administração Nacional do Espaço e da Aeronáutica (NASA), é igual a 40 mil quilômetros lineares.

O novo edital prevê a medição de até 100 mil ocupações em 173 municípios nos estados do Acre, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Tocantins, o que equivale a mais de 266 mil quilômetros lineares a serem georreferenciados.

"Em oito meses de trabalho, estamos prontos para georreferenciar praticamente 50% do total de terras públicas federais a serem destinadas na Amazônia Legal", explica o coordenador do Programa, Carlos Guedes, referindo-se aos mais de 30 milhões de hectares a serem georreferenciados pelo Terra Legal Amazônia.

Os municípios aparecem divididos em dezenove grupos no edital, levando-se em consideração a proximidade física e geográfica para agilizar a medição. O menor lote, de 1,3 mil quilômetros, agrupa os municípios de Boca do Acre e Lábrea, no estado do Amazonas.

Já o maior lote prevê a medição de 23,4 mil quilômetros em sete municípios no nordeste paraense: Aurora do Pará, Capitão Poço, Irituia, Mãe do Rio, Santa Luzia do Pará, São Domingos do Capim e Viseu. Com essa divisão, empresas de vários portes poderão concorrer aos serviços de georreferenciamento.

Controle do desmatamento

O edital vai abranger 22% dos municípios da Amazônia Legal e 24% da área total da região. É nesses municípios que está concentrado 40% do desmatamento acumulado até 2008, conforme o relatório do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) feito com base no Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia ([Prodes](#)).

Carlos Guedes ressalta que o controle do desmatamento na Amazônia Legal aumentará depois do georreferenciamento e da titulação das áreas. "Estamos focados no papel que a regularização fundiária tem para a preservação da Amazônia".

Inovação

A modalidade registro de preços, prevista no edital, é uma novidade em contratos para a Amazônia. A medição das glebas e dos imóveis será contratada simultaneamente, o que assegurará agilidade ao processo de regularização fundiária. Outra inovação do edital é a possibilidade que os estados e municípios têm de aderir ao registro de preços para medir áreas estaduais e municipais.

Outras informações sobre o Registro de Preços podem ser obtidas na Coordenação de Cartografia do Terra Legal Amazônia. O telefone é (61) 3214 0507 e o e-mail, licitação.srfa@incra.gov.br

Justiça do Trabalho reconhece as precárias condições de trabalho da empresa BR Foods - Sítio Eletrônico da Fetraf- 26/02/2010

A Central Única dos Trabalhadores de Santa Catarina (CUT-SC) divulgou nesta semana o reconhecimento da Justiça do Trabalho de Joaçaba sobre a legião de lesionados em razão das precárias condições de trabalho oferecidas pela empresa Br. Foods. Segundo a Juíza do Trabalho de Joaçaba, Dra. Lisane Vieira, “a empresa não vem promovendo medidas suficientes e adequadas à eliminação dos fatores de risco para desenvolvimento de LER/DORT”. A Juíza do Trabalho, que atua na Vara de Joaçaba desde março de 2008 ressaltou que já “instruiu e mais de 300 ações indenizatórias em razão de doenças adquiridas e/ou agravadas pelas condições de trabalho que estavam submetidas, a grande maioria em razão de patologias conhecidas por LER/DORT”.

Para a magistrada trabalhista a empresa vem gerando uma “legião de lesionados comprovada nos autos através das relações de benefícios previdenciários”. A decisão consignou que a atual situação da empresa que se nega a adotar pausas de recuperação de fadiga, nos termos do item 17.6.3 da NR 17, quando diversas empresas já as vem adotando, configura “inquivocamente, que a requerida vem praticando, em sua Unidade de Capinzal, concorrência desleal/dumping social”. O Procurador do Trabalho Guilherme Kirtsching da Procuradoria do Trabalho em Joaçaba ressaltou que “as atuais condições de trabalho são absolutamente incompatíveis com a saúde física e psíquica dos trabalhadores. Cerca de 20% dos trabalhadores da empresa ré vem sendo acometidos de doenças ocupacionais, em razão da inadequação do meio ambiente de trabalho. Há um enorme contingente de jovens empregados acometidos de doenças ocupacionais, com agravos à saúde incompatíveis com esta faixa etária. Existem casos de jovens com 19 anos já acometidos de doenças ocupacionais. Estamos, portanto, a consumir produtos fruto de sofrimento humano, em grave e direta afronta aos princípios constitucionais que asseguram à dignidade humana, à saúde e a vida. A adoção de pausas de recuperação de fadiga, nos termos da NR 17, a redução do tempo de exposição e a adequação do ritmo de trabalho também são medidas indispensáveis e que também são objeto da

ação civil pública”. A Vara do Trabalho de Joaçaba concedeu, a pedido do Ministério do Trabalho, tutela antecipada nos autos da ACP de nº 1327-2009-012-1200-0, para que a empresa Br. Foods – estabelecimento de Capinzal conceda a seus empregados pausas de recuperação de fadiga de oito minutos a cada 52 de efetivo trabalho, assegurando local adequado para fruição das pausas, abstenha-se de proceder a prorrogação da jornada legal e notifique as doenças ocupacionais comprovadas ou objeto de suspeita, utilizando-se, inclusive, do instrumento do nexu técnico epidemiológico. O Juízo Trabalhista de Chapecó culminou multa diária por eventual descumprimento, no importe de R\$ 10.000,00.

Repasse ao MST é alvo de nova denúncia em GO – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 27/02/2010

O Ministério Público Federal em Goiás apontou ontem irregularidades em mais um convênio de repasse de verbas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para entidades ligadas ao Movimento dos Sem Terra (MST). Segundo os procuradores federais, o Incra repassou R\$ 190 mil para a Associação de Cooperação Agrícola no Estado de Goiás, presidida por um antigo dirigente do MST.

O dinheiro seria utilizado na prestação de assistência técnica a 679 famílias da reforma agrária.

De acordo com a denúncia a escolha da associação para a prestação de serviço ocorreu de forma irregular e antes mesmo de o assentamento ser instalado pelo Incra.

Essa foi a segunda denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal contra o Incra de Goiás em menos de um mês. No dia 5, os procuradores sustentaram, por meio de ação cautelar, o repasse de quase R\$ 2 milhões do Incra para o Instituto Nacional de Formação e Assessoria Sindical da Agricultura Familiar.

Segundo o texto da ação cautelar, tratava-se de uma fraude, uma vez que no local onde deveria funcionar a sede da entidade em Goiânia existia apenas uma casa fechada.

Ainda de acordo com os procuradores, os vizinhos não sabiam de nenhuma atividade naquele local.

A liminar foi concedida pela juíza federal substituta Luciana Laurenti Gheller, da 4ª Vara, sob o argumento de que qualquer demora na decisão poderia causar mais prejuízos ao erário. Ela também decretou a indisponibilidade dos ativos financeiros e o quebra do sigilo financeiro do instituto.

Segundo o procurador Rapahael Perissé Rodrigues Barbosa, o convênio do Incra como instituto foi celebrado em 2006 e destinava-se à assistência de 9.375 assentados. No início desse mês, quando ele foi suspenso, já haviam sido repassados cerca de R\$ 4 milhões para o instituto.

Restavam outros R\$ 2 milhões para completar o total acertado no início do convênio.

Nocaso de repasse citado ontem pelos procuradores, no valor de R\$ 190 mil, as sanções previstas, caso sejam comprovadas as irregularidades, são o ressarcimento integral do dano e a perda da função pública dos agentes do Incra que participaram da operação.

A assessoria de comunicação do Incra de Goiás divulgou ontem uma nota de esclarecimento sobre o caso do convênio com a Associação de Cooperação Agrícola, informando que a instituição já havia detectado em 2003 irregularidades na execução do convênio.

Também foi determinada a ocasião a devolução de R\$ 107 mil para os cofres públicos.

Ainda segundo a nota, a associação ignorou o processo administrativo instalado pelo Incra.

Diante disso o caso foi encaminhado para o TCU, em Brasília.

Governo assenta sem-terra longe de acampamentos – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 28/02/2010

Metade das famílias que recebeu lote de terra desde 2003 foi colocada na Amazônia Legal, que concentra 17% dos acampados

Incra alega dificuldade para obter terras em locais como Sul e Sudeste; para MST, criação de assentamentos tem caráter assistencialista

O governo Lula concentra assentamentos da reforma agrária longe dos acampamentos dos sem-terra, o que acentua o descontentamento de movimentos e entidades do campo, em especial o MST, com a política agrária da gestão petista. Dados oficiais e atualizados obtidos pela reportagem revelam que, das 574 mil famílias que o governo diz ter assentado entre 2003 e 2009, 50% foram encaixadas em lotes de Pará, Maranhão e Mato Grosso, Estados da Amazônia Legal, região que concentra apenas 17% dos acampados do país. Bahia e Pernambuco, que reúnem 37% daqueles que vivem em barracos de lona à espera de um lote de terra, acomodaram 8% dos assentados até agora pelo governo federal.

O número de lavradores acampados explodiu com a eleição de Lula, passando de 60 mil, no final de 2002, para 150 mil, em meados de 2003. Foi nesse período de euforia que Lula prometeu assentar "todas as pessoas acampadas do país". Desde então, porém, o número de acampados permanece estagnado na casa das 220 mil famílias. No ano passado, por exemplo, o governo federal comprou e distribuiu 954 mil cestas básicas para 224 mil famílias incluídas num cadastro de acampados do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Segundo a coordenação nacional do MST, a "criação de assentamentos do governo tem caráter de política assistencial, buscando resolver conflitos isolados sem fazer uma mudança na estrutura fundiária". Por conta disso, segundo o movimento, "os assentamentos criados se concentram na região Norte do país, por meio da regularização fundiária ou da utilização de terras públicas". Segundo a lógica do presidente Lula de privilegiar os acampados, o cruzamento entre

os dados oficiais de assentados e acampados revela contradições principalmente no Norte e no Nordeste. Os Estados do Norte concentram 11% das famílias acampadas do país, mas receberam 47% dos assentamentos. Já os do Nordeste têm 56% dos acampados, ante 30% dos assentados até agora. Questionado sobre a incoerência, o presidente do Incra, Rolf Hackbart, disse: "Buscamos obter áreas em todas as regiões. Mas nessas regiões tradicionais [onde estão os acampados] há uma dificuldade maior de obtenção de terras". Ele aponta duas razões: a incapacidade orçamentária do órgão e o fato de, nessas regiões, como Sul e Sudeste, as terras serem mais produtivas, o que dificulta a localização de áreas para a desapropriação. "De qualquer forma, não vamos deixar de atender as famílias da região Norte. Elas existem e elas querem terra." As críticas dos sem-terra ao governo não se resumem à geografia dos lotes. Até agora a gestão Lula cumpriu a meta anual de assentamentos só em 2005. No ano passado, por exemplo, beneficiou 55.498 famílias, ante uma promessa de 75 mil. Também por conta do preço da terra, o governo deixou em segundo plano o instrumento da desapropriação (para quem não cumpre índices de produtividade) e criou a maioria dos projetos em terras públicas. Esse distanciamento entre as demandas dos sem-terra e as ações do governo contribuiu para que, recentemente, a cúpula do MST comunicasse ao PT que não apoiará nenhum candidato no primeiro turno das eleições a presidente, assim como já ocorrera em 2006.

Lula tarda a cumprir promessa na área agrária – Folha de São Paulo – Brasil – 28/02/2010

Assentar todas as famílias acampadas do país foi só uma das promessas não cumpridas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva quando o tema é reforma agrária. Em 2003, logo depois de ter assumido o Palácio do Planalto, o petista subiu em um palanque da Contag, a principal entidade sindical de lavradores, e fez a seguinte promessa, recebida com euforia pelos presentes: "Vocês não perdem por ter um pouquinho mais de paciência, porque nós vamos assentar todos as pessoas que estão acampadas neste país, para que a gente possa consagrar a reforma agrária". Na mesma fala, completou: "Nós sabemos quantos são, sabemos onde estão acampados, conhecemos as lideranças da maioria desses acampamentos e pretendemos começar o processo de reforma agrária assentando esses que já estão há mais tempo na fila esperando uma oportunidade". Além disso, o governo Lula cumpriu a meta anual de assentamentos apenas em 2005 e, ao contrário do que anunciou seguidas vezes, não atualizou até agora os índices de produtividade utilizados na avaliação de uma área passível de desapropriação para fins de reforma agrária.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

**op
pa** **Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura**

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio



actionaid



NEAD

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

